



Dois estudos de natureza historiográfica no contexto sul-rio-grandense

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

126



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2023



**Dois estudos de
natureza
historiográfica no
contexto sul-rio-
grandense**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Dois estudos de natureza historiográfica no contexto sul-rio- grandense



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Dois estudos de natureza historiográfica no contexto sul-rio-grandense
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 126
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-086-9

CAPA: gravura da capa do livro *Sangue e alma do Rio Grande* de Fernando Luís Osório.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

**Construções historiográficas acerca da figura do
dragão gaúcho / 11**

**Alfredo Ferreira Rodrigues: breve olhar
historiográfico sobre sua carreira de historiador / 79**

Construções historiográficas acerca da figura do dragão gaúcho

A formação histórica sul-rio-grandense à época colonial foi profundamente articulada com o projeto português de expansão à região platina. Nesse quadro, a ocupação lusa das terras que viriam a compor o Rio Grande do Sul foi alicerçada a partir de uma série de confrontos entre as forças lusitanas e hispânicas pela posse territorial, bem como por diversos tratados internacionais que buscaram legitimar a propriedade dos territórios em disputa e encaminhar o fim das hostilidades bélicas. Levando em conta tal conjuntura, os militares tiveram relevante participação em tal processo histórico e, dentre eles esteve o regimento de dragões, a respeito do qual houve a construção de um saber historiográfico que intentou moldar uma heroificação/mitificação em torno de tais personagens. Este estudo de caso apresenta quatro ensaios a respeito dessa construção de natureza historiográfica.

Os dragões gaúchos na concepção de Aurélio Porto

A expansão lusa em direção ao Prata, a partir de 1680, com a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, acabou por ser acompanhada por uma série de precauções de natureza militar, tendo em vista a reação profundamente negativa das autoridades hispano-americanas àquela penetração em um território até então legitimado como de posse espanhola. A repulsa dos espanhóis à presença lusitana em terras platinas ficou manifesta através de uma série de conflitos diplomáticos, muitos deles que acabariam redundando em confrontos bélicos, vindo a constituir a Colônia do Sacramento o fator fundamental da discórdia, sendo a mesma sitiada, atacada, ocupada ou destruída e devolvida aos portugueses, para reiniciar-se um novo processo de reconstrução, ataque, ocupação e devolução da parte dos espanhóis.

Nesse contexto que ocorreria a necessidade de implantação de uma força militar naquela região litigiosa, formando-se o arcabouço de um regimento de dragões na Colônia do Sacramento. Mais um ataque espanhol à Colônia, já na década de trinta do século XVIII, levaria as autoridades luso-brasileiras a levar em frente um projeto de formar uma fortificação nas terras do atual território sul-rio-grandense, edificando-se um ponto de apoio estratégico-militar, no intento de melhor proteger Sacramento dos constantes ataques hispânicos e, de acordo com tal objetivo, foi fundado em 1737 o Presídio Jesus-Maria-José, origem do futuro povoado do Rio Grande, marco da gênese da ocupação portuguesa

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

em terras gaúchas. Prevalecendo o caráter militar da nova povoação, logo tratou o governo luso de alicerçar nas terras recém-conquistadas uma força de dragões para o qual seriam aproveitados os recursos humanos do regimento já existente na Colônia do Sacramento, somados a outros militares que viriam a ser deslocados de outras regiões brasileiras.

Atuando como uma força especial, que tanto poderia agir como infantaria, quanto como cavalaria, de acordo com as circunstâncias, os dragões recém-instalados no Rio Grande iriam sofrer as mesmas dificuldades enfrentadas pelo restante da população da novel localidade, representadas pelo desafio das condições geográficas, das intempéries e, essencialmente dos graves obstáculos no abastecimento da povoação. Submetidos a todas essas penúrias aquele regimento de militares – acompanhado pelo conjunto da comunidade, intrinsecamente ligado a eles e também sofrendo aquelas agruras – acabaria por rebelar-se, em 1742, no episódio que ficaria conhecido como a Revolta dos Dragões. Nesse movimento, os rebeldes faziam uma série de reivindicações, concentradas basicamente na garantia de melhores condições de vida, através de providências como o fim dos maus tratos de parte dos oficiais e da disciplina severa as quais eram submetidos; a melhoria da ração recebida; a colocação dos soldos atrasados em dia; a solução para a falta de assistência e caridade aos doentes; e o fim dos castigos apenas pela suspeita de deserção, sem provas evidentes.

A falta de condições de dominar a rebelião e a profunda necessidade de manutenção de uma força regular que garantisse a posse territorial daquela região de limites tão pouco definidos entre as possessões lusas

e hispânicas levaria o governo português a perdoar os rebeldes, aceitando suas reivindicações, embora, essa providência não tenha significado, a curto prazo, uma solução para todos aqueles problemas. A partir da década de 1750, os dragões acabariam por seguir outros destinos no território sul-rio-grandense. Por ocasião da Guerra Guaranítica, o regimento de dragões foi deslocado para a localidade de Rio Pardo, no intento de promover uma melhor defesa dessa região. Nos decênios seguintes, os dragões iriam deslocar-se constantemente, à medida das exigências e necessidades militares, que se avolumavam, tendo em vista os constantes confrontos entre as forças luso-brasileiras e hispano-americanas, ao longo das terras gaúchas. Alguns dos militares pertencentes ao regimento de dragões receberiam porções de terras e acabariam por espalhar-se, radicando-se em vários pontos do território sul-rio-grandense, constituindo um dos substratos humanos que atuaram na composição da sociedade do Rio Grande do Sul de então¹.

¹ Sobre o regimento de dragões e a revolta por eles promovida, observar: QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. p. 72-74.; MIRCO, Carmen Helena Braz. *Textos para o estudo da História do Município do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. p. 58-61.; ALVES, Francisco das Neves. Revolta dos Dragões: um movimento social oculto no passado. *Jornal Agora*. Rio Grande: 14 abr. 1989. p. 6.; e ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões na visão dos naufragos do *Wager*. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 34-48.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

A respeito do papel dos dragões na formação histórica sul-rio-grandense diversas versões foram entabuladas, desde narrações/descrições até a fundamentação de discursos historiográficos que, cada qual a sua maneira, buscou interpretar historicamente os eventos nos quais estiveram envolvidos aqueles militares. Ao longo do período transcorrido entre o final da década de 1920 e a segunda metade do decênio seguinte, uma série de trabalhos foi publicada a respeito dos dragões e da rebelião por eles promovida nos primórdios da ocupação portuguesa no território rio-grandense. Esses ensaios foram elaborados por alguns dos principais representantes da produção histórico-intelectual de então. Nesse sentido, a temática dos dragões foi interpretada, nos anos vinte e trinta, sob o prisma da historiografia tradicional, caracterizando-se, em linhas gerais, pela abordagem do particular pelo particular; por uma atitude de contemplação do passado; pela supervalorização do papel do indivíduo como agente transformador da história; pela busca de um estudo neutro dos fatos; e pela narração linear dos acontecimentos. Além disso, esses textos se inseriram na construção de um discurso historiográfico lusitano, cujas análises visam a explicar a evolução histórica gaúcha tendo a sua essência e seu elemento motor exclusivamente orientados pela formação luso-brasileira². De acordo com essa tendência historiográfica,

² Sobre este discurso historiográfico, ver: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 37-113.; e TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo: a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-1957)*. Rio Grande: FURG, 1998. p. 13-67.

os dragões aparecem como verdadeiras lendas, símbolos do Rio Grande do Sul e de seu povo, sendo glorificados, heroificados e até mitificados³.

As características dessa construção historiográfica acerca da ação dos dragões no Rio Grande do Sul ficaram plenamente expressas em um ensaio publicado pelo historiador Aurélio Porto, publicado em 1928⁴. Nascido em Cachoeira do Sul, o gaúcho Aurélio Afonso Porto (1879-1945) foi funcionário público federal, sendo, ainda, ao longo de sua vida, diretor e redator de diversos jornais; co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do Instituto Rio-Grandense de Estudos Genealógicos e da Academia Nacional de História; diretor do Arquivo Histórico do Estado; e ocupou várias funções no Itamarati; atuando também como romancista, poeta, historiador, genealogista, teatrólogo, ensaísta e jornalista⁵. Nesse sentido, Aurélio Porto representava a

³ ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões: uma perspectiva historiográfica. In: ALVES, F.N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 19-20.

⁴ PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3. As citações realizadas ao longo do trabalho foram extraídas de tal ensaio.

⁵ Dados biográficos obtidos a partir de: LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1979. p. 74-76.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, IEL, 1978. p. 447-448.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas bibliográficas sul-rio-grandenses: autores*. Porto Alegre: "A Nação", IEL, 1974. p. 388-391.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

contento a figura do intelectual de sua época, deixando uma grande quantidade de estudos escritos, mormente acerca da história gaúcha. Como um dos expoentes da produção intelectual-historigráfica de seu tempo, Aurélio Porto também contribuiu para o processo de construção de um mito para a figura do dragão gaúcho.

O fator que motivou a publicação do ensaio de Aurélio Porto esteve ligado ao intento de defender uma ideia sugerida ao então governante estadual, Getúlio Vargas, de transformar a Escolta Presidencial em “Dragões do Rio Grande”. Para o autor essa seria uma homenagem plena de justiça a “essa figura lendária de soldado que estratifica as mais nobres tradições gaúchas”, afirmando que “o dragão simboliza o Rio Grande heroico”. Segundo o escritor, o dragão fora um dos maiores responsáveis pela manutenção das fronteiras gaúchas e pelo caráter militar que marcara a formação histórica sul-rio-grandense, uma vez que aquele grupo de militares teria se batido “durante um século de lutas incessantes, gizando novas fronteiras, pela integridade da terra, muralhando com o peito varonil as lindes meridionais da pátria”, pois, “onde vibrava o eco de um clarim, o toque de uma caixa de guerra, aí estava o guerrilheiro indômito, levando em rudes golpes a invencível arremetida de seu ardor belicoso”.

Aurélio Porto enaltecia a figura do dragão como um dos mais importantes elementos humanos a atuar na construção da sociedade rio-grandense, que, somando-se a outros contingentes, todos de origem luso-brasileira (de acordo com o próprio discurso historigráfico lusitano), havia formado o substrato da população rio-grandense. Na narração do autor, o dragão fora “a alma

da pátria grande, no amálgama do seu casco”, uma vez que “mineiros, paulistas, colonistas, baianos, cariocas, lagunistas, portugueses, trazidos por Silva Paes, o soldado estadista, formaram o seu núcleo primitivo”. Nessa linha, ele destaca que a história dos dragões “é a história do Rio Grande dos tempos heroicos, em que se forma a raça varonil, em que se cristaliza o caráter de um povo”, atuando diretamente em “todas as tradições guerreiras” e em “todas as conquistas pacíficas que ilustram o nome rio-grandense”.

De acordo com o historiador gaúcho, os dragões “foram sentinelas avançadas da pátria”, sendo através dele “que se funde, que se modela a verdadeira, a genuína alma rio-grandense”; e “que se forma, que se plasma, no seu tipo primitivo o caráter gaúcho”. Fazendo uma referência à Revolta dos Dragões, Aurélio Porto, seguindo a linha historiográfica a qual representava, qualificou-a como um evento de natureza essencialmente militar, não dando maior significado ao conteúdo social do movimento. Descrevendo todas as dificuldades pelas quais aqueles militares passavam na recém-formada povoação no Rio Grande, o autor buscava enfatizar que, apesar de rebelados, eles não perderam seu patriotismo, permanecendo ligados a seu governo e à sua nação de origem. A esse respeito ele narrava: “um dia se rebelaram, prenderam os superiores, assumiram, simples soldados, o comando da praça, mas com tal ordem, com tal disciplina, com tão patriótico intento, que causou admiração esse gesto indisciplinar”.

Na concepção de Porto, o dragão seria também o responsável pelo figura do gaúcho, cristalizado na imagem do centauro dos pampas. Ao referir-se à função de cavalaria executada por aqueles militares, o autor

destaca que, “por uma fatalidade histórica, compreendendo com nítida visão o futuro distante, Silva Paes, criando o dragão, formava esse tipo característico da raça”, ou seja, “o gaúcho, meio selvagem, meio bárbaro, nas facetas do seu caráter inquebrantável, da sua altivez de ‘monarca’, do seu fanatismo pela liberdade”. Defendo uma posição telúrica quanto à imagem do gaúcho, Aurélio Porto fazia a referência à origem de tal tipo na figura do indígena e no contato deste com o colonizador, vindo a afirmar que “o tape, o minuano, o charrua foram-lhe ao dragão e ao gaúcho os predecessores gloriosos”, uma vez que, junto a essas “gentes primitivas, que vagavam pelo pampa à cata de aventuras nos arrebanhamentos de gado bravio”, fora “se formando o estrato dessas qualidades de tenacidade, de resistência, de combatividade, transmitidas pelos primeiros dominadores da terra aos que os substituíram”, herdando deles “esses predicados, aprimorados pelas condições do habitat”.

Além de enaltecer o papel militar dos dragões, Aurélio Porto destacava a importância dos mesmos no processo de ocupação humana das terras gaúchas, explicando que esses militares não deveriam ser encarados “unicamente como o fator principal das horas heroicas de combates, de guerrilhas audazes, de conquistas liberais, que vêm até nossos dias, marcados com o sangue dos bravos que tombaram dos grandes visionários de um ideal, defendido com a lança impertérrita do gaúcho”, pois “o dragão é o formador dos clãs rurais”. No mesmo sentido, persistia afirmando que o dragão, “entre duas pelejas”, se radicava na terra, sendo “o criador que funda, no solar das estâncias, o patriarcado rio-grandense”, e “o agricultor que deixa a

um canto do rancho a clavina de pederneira e lança-se à rabiça do arado”; espalhando-se “por toda parte no território rio-grandense”, de maneira que “o povoamento de mais de dois terços do Rio Grande” teria sido uma “obra” dos dragões.

Ainda a respeito desse papel do dragão na formação da sociedade rio-grandense-do-sul, o escritor destacava o significado daquele contingente na formação dos substratos superiores da pirâmide social gaúcha. Dessa forma, ele afirma: “nessa irradiação por toda a extensa região pampeana, ele se torna um núcleo local de famílias de elite”, de modo que, “em sua grande maioria, as atuais famílias do Rio Grande, aquelas que mais se distinguem no presente, têm por tronco o velho soldado gaúcho”. Mais uma vez o autor recorria à imagem telúrica e mítica da harmonia social da população gaúcha, na qual as diferenças sociais ficariam sobrepujadas pelas relações de “igualdade” entre o patrão e o peão. Segundo essa versão, ele comentava que, “descansando a lança guerreira”, o dragão “se torna o patriarca, em redor do qual, no fogão de estância, os filhos, os camaradas do pago, a *peonada* solícita, ouvem, entre turnos de amargo, a narração dos feitos guerreiros, dos exemplos de civismo e de amor à gleba – escola rudimentar onde se formou a alma rio-grandense”.

Retomando o fator que o levava a escrever sobre aquele assunto, Aurélio Porto, mais uma vez, aplaudia a intenção de homenagear-se os dragões rio-grandenses, fazendo uma analogia pela qual a Escolta Presidencial do Estado teria alguma relação com aquele regimento de militares, pois essa última também representaria “a sentinela avançada do Rio Grande do Sul”, já que, “junto ao Presidente, é a guarda não só da integridade

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

territorial do pago, como da sua autonomia, da sua grandeza, da sua força moral” e, mais do que isso, do elemento “que diferencia as pátrias, que desassemelha os povos, que dá a cada grupo, a cada coletividade nacional, uma feição características – as suas tradições”. Nesse contexto, o historiador novamente enfatizava que “numa evocação admirável de glória, ninguém melhor simboliza o Rio Grande do todos os tempos” como o faziam os dragões; e exortava: “ao vê-lo ressurgir, em plena atualidade, nos seus trajes característicos, o povo do Rio Grande, olhando retrospectivamente terá a visão de dias assinalados, vividos nos tempos iniciais de sua vida heroica, magnânima, o que será um exemplo a meditar e a seguir”; e pregava: “na caserna da Escolta que cada oficial, que cada praça saiba o símbolo que os reveste, a responsabilidade que assumem, ante as tradições gaúchas, ao envergar a farda dos dragões”.

Assim, esse trabalho de Aurélio Porto sobre os dragões esteve fortemente vinculado à realidade histórico-historiográfica na qual o autor estava inserido. De acordo com a conjuntura político-ideológica que se fomentava a partir do final da década de vinte, os escritos de Porto serviram também a um projeto mais amplo que visava à inserção do Rio Grande do Sul no todo nacional, buscando uma mudança na posição de coadjuvante para o papel principal no cenário político-partidário brasileiro. Além disso, no contexto rio-grandense, vivia-se, após décadas de conflitos, uma fase de conciliação entre suas frentes partidárias, obtida a partir da frente única, formada por inspiração de Getúlio Vargas. Constituíam-se, portanto, aquele momento como extremamente propício para a edificação histórica de um passado glorioso, alicerçado na força, na liberdade e na

rigidez de caráter atribuídas ao povo gaúcho e, no caso desse artigo de Aurélio Porto, representado plenamente a contento pela figura do dragão gaúcho⁶.

Moldando-se ao modo de fazer história de seu tempo, Aurélio Porto foi um precursor a analisar o papel dos dragões sob a perspectiva da historiografia tradicional, sendo, posteriormente seguido por diversos outros historiadores que visaram a reconstruir a imagem do dragão como verdadeiro símbolo, lenda viva, ou ainda herói mítico, que traduzia em si a semente da “alma” e do “povo” gaúcho, contribuindo decisivamente para a expansão territorial, para a ocupação humana e, enfim, para a formação do Rio Grande do Sul luso-brasileiro⁷. Ao heroificar a figura dos dragões, Porto buscava glorificar um passado idealizado, o qual deveria ser utilizado pelas gerações de seu tempo e as futuras, como exemplo a ser seguido. A formação desses

⁶ Essa perfeita interseção entre o escrito do autor e o momento histórico o qual vivia o Rio Grande do Sul pode ser diretamente detectada na conclusão entabulada para o ensaio: “Na hora atual, em que o Rio Grande em peso, dentro da sua orientação de paz e de trabalho, pode perfeitamente, estendendo os braços a todos os nossos irmãos, ainda expatriados, mas já anistiados pelos corações rio-grandenses, ensarilhar as armas de combate para empunhar o arado que rasga o seio da terra, transformando-a em estendais dourados de trigo; que nesta hora ressurgem o velho dragão, descansando a longa espada, depois das refregas cruentas – seja, no reviver das tradições da raça, o fardamento do dragão um monumento histórico levantado aos heroicos fundadores do povo continentista, aos plasmadores da alma gaúcha”.

⁷ ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Trajetórias da historiografia*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 57.

estereótipos estava plenamente de acordo com as contingências ideológicas e políticas em gestação na conjuntura nacional e regional dessa época e que aflorariam a partir da década de trinta e, nesse sentido, o autor utilizava-se da concepção de uma história-lição, ou seja, os atos heroicos daqueles militares do Rio Grande colonial deveriam constituir um modelo de conduta a ser por todos almejado. Assim, apesar de breve, o ensaio do escritor gaúcho iria inaugurar uma tradição historiográfica sobre aquele objeto de estudo, influenciando toda uma geração de historiadores, os quais, por sua vez, fizeram o mesmo em relação a outros que os seguiriam, pois aquele artigo passaria a ser verdadeiro referencial a outras pesquisas sobre o tema e as palavras do autor foram repetidas por diversas vezes nas décadas seguintes, de modo que esse trabalho de Aurélio Porto contribuiu decisivamente para a construção do mito do dragão gaúcho⁸.

O Regimento de Dragões no Rio Grande do Sul segundo Walter Spalding

O Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul, criado à época da fundação do Rio Grande e, posteriormente, deslocado para Rio Pardo e daí irradiando sua ação militar para várias partes do território rio-grandense, se tornaria um tema recorrente na historiografia gaúcha, ao tratar-se da história no período colonial dessas terras no extremo-sul brasileiro.

⁸ Publicado originalmente em: *Histórica* - Revista de Pós-Graduação em História da PUCRS, v.5, p. 155-163, 2001.

Coube à historiografia tradicional cristalizar uma identidade para os dragões ao apontá-los como uma das principais forças que levaram à edificação de um Rio Grande de Sul essencialmente ligado com o nacional, ou seja, primeiramente com a formação portuguesa e, posteriormente, vinculados ao Estado Nacional Brasileiro, refutando as teses que visavam a atribuir importância à influência platina no devir histórico sul-rio-grandense. Nesse sentido a figura do dragão foi mitificada e elevada ao panteão dos heróis gaúchos, como o indivíduo que agiu, tal como o bandeirante paulista, acima de seus interesses pessoais e, de modo altruístico e patriótico, levou à edificação da terra e do povo rio-grandense-do-sul.

Dentre os escritores que se dedicaram a historiar os dragões no Rio Grande do Sul e que se inseriram nesse contexto historiográfico⁹ marcou presença o historiador gaúcho Walter Spalding, um dos principais representantes da intelectualidade ligada às lides da história em seu tempo. Spalding foi professor, bibliotecário, Diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de Porto Alegre, poeta, historiador, contista, genealogista, biógrafo, crítico literário, cronista e teatrólogo; pertencendo à Academia Rio-Grandense de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

⁹ Ver: ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões: versões & historiografia. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. *Trajetórias da historiografia*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 54-57.; e ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões: uma perspectiva historiográfica. In: ALVES, F.N. (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 19-24.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

do Sul e ao Instituto Brasileiro de Genealogia. Ao longo de sua carreira, o escritor publicou mais de duzentos títulos, em grande parte dedicados à história regional, dentre os quais se pode exemplificar citando: *Farrapos, À luz da história, Comércio, indústria e agricultura do Rio Grande do Sul, A Revolução Farroupilha, A invasão paraguaia nas fronteiras do Brasil, O Rio Grande do Sul da independência aos nossos dias, Bibliografia da Revolução Farroupilha, A epopeia farroupilha e Construtores do Rio Grande do Sul*¹⁰.

O trabalho em que mais diretamente Walter Spalding abordou a atuação do Regimento de Dragões no Rio Grande do Sul foi “A Revolta dos Dragões do Rio Grande” publicado em 1937, nos Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Segundo o próprio autor, aquele escrito tratava-se de uma retomada, ampliação e atualização de um artigo publicado no ano anterior¹¹, conforme declarava: “a falta de tempo para organizarmos trabalho especial obrigou-nos a aproveitar o artigo “Os dragões do Rio Grande do Sul”, publicado na revista do IHGRGS”, porém, “no desejo de apresentar ao menos algo de mais novo, ampliamos grandemente o referido trabalho, com nova documentação e algumas

¹⁰ Conforme: LAYTANO, 1979, p. 115-116; MARTINS, 1978, p. 495-497 e VILLAS-BÔAS, 1974, p. 432-436.

¹¹ SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1936, III trim, ano XVI, p.219-236.

considerações, o que, de certo modo, destrói o trabalho anterior”¹².

O historiador gaúcho, ao apresentar seus objetivos na execução daquele ensaio, explicava que “nosso intuito não é estudar os Dragões do Rio Grande” e sim “apenas, recordar a sua fase inicial e historiar, tanto quanto possível, a primeira ‘revolução’ que se fez em território sul-rio-grandense, como subsídio, somente, para um estudo completo que outro que não nós fará, futuramente, sobre esses lendários dragões” (p. 137). Apesar de propor-se a apenas historiar a fase inicial, a de implantação dos dragões no Rio Grande do Sul, Spalding fez ao longo de seu trabalho um discorrer histórico sobre o conjunto da atuação do Regimento durante a história colonial gaúcha, perfazendo um levantamento que ia desde a gênese da colonização portuguesa no Rio Grande, em 1737, até a virada do século XVIII para a centúria seguinte, momento no qual as fronteiras gaúchas chegavam a uma conformação muito próxima da contemporânea. Vários dos elementos que levaram à mitificação do dragão gaúcho estão presentes na obra de Spalding que repetiu-os – reproduzindo ideias já apresentadas por outros historiadores que lhe serviram de inspiração e fonte, tais como Aurélio Porto e Borges Fortes – e/ou renovou-os, desenvolvendo novos conceitos e teses na direção de

¹² SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937, v. 2, p. 137-165. As citações apresentadas neste ensaio são oriundas dessa referência.

heroificar o dragão como personagem da história rio-grandense.

Walter Spalding foi um dos ardorosos defensores da tese de que a formação histórica do Rio Grande do Sul devia-se exclusivamente à ação luso-brasileira, não aceitando qualquer possibilidade de contato – ou “contágio”, segundo essa concepção – com os vizinhos platinos e essa ideia já está presente na abertura de seu trabalho sobre os dragões no qual, inclusive, refutava os escritores que defendiam a influência platina na formação gaúcha. Ao referir-se às primeiras incursões ao território rio-grandense, o autor afirmava que esses “intrépidos” desbravadores vinham “a percorrer o ‘vasto deserto’ que ainda era, nesse tempo, a capitania d’El-Rei, o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se aqui, ali, acolá, formando esses pequenos feudos – as estâncias –, que tanta influência tiveram na vida desta gleba, que muitos ainda teimam em dizer castelhana”. Para Spalding, aqueles que “defendem essa erradíssima tese”, estavam cometendo grave engano e, completava, ironizando – “só falta dizer que o próprio ar que respiramos é castelhano” (p. 138).

O escritor gaúcho descreveu todo o processo de formação do regimento de dragões no Rio Grande do Sul, passando pelos dois primeiros comandantes militares Silva Paes e André Ribeiro Coutinho, à época da fundação e construção do primeiro povoado luso no território gaúcho, marcando o momento em que começava “a história dos célebres dragões” e culminando com a atuação do coronel Diogo Osório Cardoso, aquele que “organizou, realmente, o glorioso regimento dos dragões”. Em relação ao terceiro comandante militar do Rio Grande, Spalding já lhe

qualificava com alguns atributos que lhe aproximavam da figura do herói que, por suas iniciativas individuais, transforma a história, de modo que o militar foi descrito como “enérgico” e “intrépido”, uma vez que procurava, “por todos os meios ao seu alcance, o engrandecimento da gleba e, sobretudo, dos seus dragões” (p. 142-5).

Após destacar os fatos e indivíduos que levaram à fixação do regimento de dragões no Rio Grande, Spalding passou a dedicar-se ao tema central de seu trabalho, a revolta promovida por esses militares no alvorecer da ocupação lusitana em terras gaúchas. A respeito de Diogo Osório e “seus” dragões, o autor explicava que, apesar da qualidade administrativa do coronel, “infelizmente, porém, não lhe foram favoráveis as circunstâncias” (p. 145). Essas ditas “circunstâncias” desfavoráveis estavam basicamente ligadas às grandes dificuldades em prover-se a recente povoação de condições mínimas de sobrevivência, gerando um quadro caótico para os habitantes. Premido pelas intempéries e pelas crônicas necessidades advindas da falta de abastecimento regular, o conjunto da população sofria com os revezes, culminando esta insatisfação com a eclosão do movimento que ficou conhecido como Revolta dos Dragões, mas que contou com o apoio de vários dos segmentos que compunham o recém-fundado povoado. Apesar dessa caracterização como um movimento de cunho social, a historiografia tradicional buscou apresentar essa rebelião ocorrida em 1742 como um movimento de natureza pura e exclusivamente militar.

Walter Spalding não fugiu a essa regra e descreveu a Revolta dos Dragões como uma rebelião essencialmente dos militares, movida principalmente

pelas “circunstâncias” de abandono e miserabilidade as quais eles eram submetidos. O autor arrolou as várias dificuldades pelas quais passavam os dragões, como a fome, a falta de soldo, a carência de novos fardamentos, a constante ameaça do inimigo espanhol e os maus tratos impostos por alguns dos oficiais superiores. Nessa linha, o escritor argumentava que não havia outro caminho diante da situação vigente, a não ser aquele que “levaria os gloriosos dragões à revolta”, pois, diante da penúria e “com tais chefes e tais procedimentos, era impossível não haver alguma reação”, e os dragões, “apesar de toda a sua boa vontade e fidelidade ao juramento prestado, não podiam continuar suportando aquele estado de coisas”, vindo, por isso, a rebelar-se e destituir alguns de seus comandantes (p. 146-148).

O historiador rio-grandense fez questão de chamar atenção para a asseveração de que os dragões, ao rebelaram-se, não romperam com sua fidelidade à Coroa Lusa, manifestando um “heroico patriotismo”, mesmo diante das circunstâncias adversas¹³. Na versão de

¹³ Um diálogo transcrito pelo autor, entre o comandante da guarnição e um dos revoltosos, servia para legitimar a tese da “patriótica fidelidade” dos dragões: “- Traz V. licença do corpo para montar guarda? - Não, - respondeu o improvisado oficial, - pois a guarda que comando é composta de soldados que, a seu critério, me escolheram para capitão, nomeando mais um alferes e sargentos de sua confiança. À vista dessa resposta, Diogo Osório Cardoso, ordenou que fizessem alto imediatamente, e a todos arengou por algum tempo concluindo por perguntar-lhes: - Quem sois vós? - Ao que responderam: - Soldados portugueses. E acrescentaram: - E sabe muito bem V. Excia. o que desejamos. - Sois vassalos d’El-Rei Nosso Senhor? - Sim, somos. - E estais dispostos a

Spalding, o encerramento da revolta foi praticamente imediato, estabelecido a partir da promessa de perdão por parte do comande militar aos insurretos, afirmando que, depois desta garantia, “estava, virtualmente, terminada a revolta” (p. 150-152). O escritor deixava de lado, assim, todo o desenrolar da rebelião que continuaria mesmo após a presença de Silva Paes no Rio Grande, o qual retornara no intuito de acalmar os ânimos mas que, sem os elementos requisitados pelos rebeldes, não conseguiu atingir imediatamente seu objetivo, prolongando-se o movimento e tendo o brigadeiro, inclusive, de retirar-se. Somente mais tarde Silva Paes retornaria com parte do prometido e, ainda diante da presença de alguma resistência e relutância quanto à erradicação da revolta, o movimento seria encerrado.

Não fazendo qualquer referência à possibilidade levantada dentre os rebeldes de passarem para o lado do inimigo espanhol, o autor limitou-se a narrar que, após a vinda de Silva Paes, “tudo se normalizou”. Walter Spalding buscou legitimar o movimento, explicando a justiça do mesmo, afirmando: “Em verdade – bem hajam estes primeiros soldados mártires do Rio Grande, esses primeiros rio-grandenses soldados, radicados à gleba, que infundiram aos heróis desse pago a primeira lição de fidelidade e, ao mesmo tempo, de valor e energia”. Defendia que eles “calcaram a lei, mas firmaram o direito”. Em uma direta alusão à Revolução Farroupilha,

dar vossas vidas pelo mesmo Senhor, na defesa da fortaleza de Jesus Maria José, e do seu continente? – Estamos, Senhor, e prometemos fazer essa defesa até a última gota de nosso sangue” (p. 149-150).

evento escolhido como a epopeia da formação histórica gaúcha pela historiografia tradicional, o historiador exclamava “é a história que se repete”. (p. 152-153), em uma comparação e criação de uma identidade entre 1742 e 1835, como acontecimentos que marcaram a luta da “liberdade” contra a “tirania”. Uma outra aproximação em relação à Revolução Rio-Grandense de 1835-1845 foi no que tange à “paz honrosa” obtida pelos gaúchos ao final do movimento, explicando o autor que, após a Revolta dos Dragões, estes passaram a receber um tratamento diferente em comparação ao de até então. De acordo com Spalding, “melhor tratados, depois da ousada rebelião de 5 de janeiro de 1742, os Dragões do Rio Grande eram, também, olhados com mais respeito pelos Vice-Reis do Brasil”, pois eles “reconheceram, afinal, que eram eles os legítimos baluartes da defesa das fronteiras do Sul” (p. 160).

Em razão dos conflitos advindos a partir do fracasso das determinações do Tratado de Madri, o regimento de dragões seria deslocado da primeira povoação lusa no Rio Grande do Sul para a localidade de Rio Pardo e tal transferência foi elogiada por Spalding, caracterizando a mesma como um “gesto de profundo conhecimento das coisas” e comentando que, em Rio Pardo, os dragões “prestaram à pátria serviços bem mais relevantes do que os que prestar poderiam instalados como estavam à entrada da ‘Barra diabólica’, na já então vila do Rio Grande de São Pedro do Sul”. Para o autor, a presença dos dragões em Rio Pardo transformara aquela localidade em um ponto fundamental para a defesa do território sul-rio-grandense, ou seja, em uma “legítima ‘tranqueira’, isto é, baluarte inexpugnável, sentinela sempre vigilante das fronteiras do Rio Grande do Sul,

graças à atividade inaudita do regimento de dragões” (p. 155-156 e 158).

Spalding também destacou a atuação dos dragões nos confrontos entre luso-brasileiros e hispano-americanos ocorridos na década de sessenta e setenta do século XVIII. Mais uma vez era ressaltado o caráter heroico na ação dos dragões que, mesmo muitas vezes inferiorizados numericamente, teriam sabido fazer valer o seu “valor” guerreiro. Exemplifica isso a afirmação do autor: “Era, sim, pequeno o número de seus soldados, mas, em compensação, enorme o seu valor. E confiando nesse valor da pequena guarnição, com a mesma arrogância respondeu à intimação do cabo buenairense”. Em outra parte de sua narração, o escritor prosseguia desenvolvendo a temática do mito do dragão gaúcho: “Só mesmo a ousadia de um dragão seria capaz de tal gesto. Mais e mais crescia a fama do galhardo regimento aquartelado em Rio Pardo. Mais e mais subia o seu prestígio”. Dessa maneira, segundo o historiador gaúcho, “pertencer a esse corpo militar era, já então, grande honra”, de modo que “disputavam-se os postos, e até o lugar de obscuro soldado era ambicionado” (p. 158-159).

O escritor buscou também chamar atenção para o papel exercido pelos dragões como promotores da fixação do homem ao solo rio-grandense, atuando, em tempos de paz, como povoadores e mantenedores das atividades primárias. Nesse sentido, sobre o período entre 1777 e o início do século XIX, Spalding comentava a respeito desses anos que “os dragões aproveitaram-nos numa obra meritória que os radicaria para sempre ao solo sagrado da terra que lhes viu os sofrimentos e as dores: o povoamento por meio de fazendas e estâncias”,

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

vindo a atuar nessas atividades inúmeros “soldados e oficiais, dragões gloriosos do Rio que se transformava em flor e fruto, espalhando seus benefícios pelos quatro cantos do continente, desse continente tão suave e tão bom, e sempre tão desprezado e espezinhado” (p. 159-160).

De acordo com Walter Spalding, a “heroica” ação dos dragões gaúchos propagou-se através do Brasil, chegando o “valor” desses militares a ser reconhecido no centro da Colônia. Nesse sentido, o historiador citava uma autoridade metropolitana que voltara “os olhos para o Rio Grande”, reconhecendo “lá, no rincão extremo do Brasil, carregados de glórias, sustentando o embate castelhano, espadas afiadas e pontiagudas, manejadas com entusiasmo, os dragões”, os quais “enchiam toda a Colônia com a fama dos seus feitos”. E, a esse respeito, complementava o escritor gaúcho, informando que, ainda em 1789, “o Regimento de Dragões do Rio Grande fornecia seus melhores elementos” à guarda militar do Vice-Rei, “servindo ao mesmo tempo de escola para outros que nela figuravam ou eram incorporados” (p. 163-164).

O autor concluía seu estudo acerca do regimento de dragões destacando a atuação dos mesmos no conflito luso-hispânico ocorrido nos primórdios do século XIX e enaltecia a participação deles no episódio da retomada das Missões que seriam definitivamente integradas ao território sul-rio-grandense. Afirmava o autor que, para aquela missão, mais uma vez o dragão gaúcho “lá se foi, ardoroso, cheio de coragem e cheio de fé”, na “busca daquele fertilíssimo pedaço de terra brasileira, que uma guerra inglória despovoara, e o caudilhismo platino maltratava e enxovalhava”. Ainda referindo-se a essa

ação militar, Spalding declarava: “Foram poucos os homens que os acompanharam. Poucos no número, mas milhares pelo valor. E as Missões voltaram ao Brasil, tornaram a ser rio-grandenses para todo o sempre”. O historiador destacou ainda, em relação às campanhas de 1811, 1812, 1816 e 1820, a participação dos dragões, que, “sempre na vanguarda, sempre nos postos de maior responsabilidade”, encheriam “de glórias a pátria brasileira, escrevendo, com suas espadas, páginas inauditas de bravura e heroísmo” (p. 165-166).

Ainda em sua conclusão, Spalding ratificava suas asseverações sobre a natureza heroica da ação dos dragões gaúchos e reforçava suas convicções sobre o papel desempenhado por eles na formação humana e territorial do Rio Grande do Sul. Nessa linha, explicava que “foi, sem dúvida, esse glorioso regimento de dragões que plasmou, na sua caserna o soldado rio-grandense”, de modo que dele saíram todos aqueles “que, com orgulho, a história, não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil, registra”. De acordo com o autor, “foi também no tempo dos dragões que se criou, nas campanhas do sul esse tipo que se tornou lendário – o gaúcho – guarda indefectível da fronteira, batedor formidável da savana, posto ali como antemural defronte dos mais fortes competidores históricos que tínhamos na América”. E, finalmente, concluía o escritor, exclamando – “esses dragões foram, na verdade, a alma do Rio Grande do Sul” (p. 166).

Assim, Walter Spalding, ao tratar dos dragões, representaria a contento as premissas básicas estabelecidas pela historiografia tradicional para a interpretação histórica a respeito do tema. Junto de nomes como Aurélio Porto, Borges Fortes e Fernando

Luiz Osório, que escreveram sobre o regimento de dragões no Rio Grande do Sul, desde o final dos anos vinte e ao longo do decênio seguinte, Spalding contribuiria para a criação do mito do dragão gaúcho, o qual simbolizaria um dos baluartes da edificação da sociedade e do território gaúchos. Segundo essa perspectiva, os membros daquele regimento militar encarnavam verdadeiros heróis que, na guerra e na paz, demarcaram as fronteiras e levaram à povoação das terras rio-grandenses, movidos não por interesses pessoais ou sociais e sim por uma pretensa abnegação patriótica. Walter Spalding, dessa maneira, através de seus escritos, agiu decisivamente na construção de um lendário dragão, uma espécie de bandeirante do sul, proposta que, por meio da constante produção e reprodução do discurso historiográfico, acabaria por cristalizar-se, quase que como uma verdade inquestionável nas explicações acerca da formação histórica sul-rio-grandense¹⁴.

Os dragões nos escritos de Rúbio Brasiliano Ferreira

Ao buscar estabelecer certos parâmetros explicativos para a formação histórica do Rio Grande do Sul, a historiografia sul-rio-grandense, mormente a entabulada a partir da década de 1920 até pelo menos os quatro decênios seguintes, intentou criar um discurso

¹⁴ Publicado originalmente em: *Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001. p. 9-18.

unívoco que passaria a eleger os elementos históricos de destaque e os possíveis descartes a serem realizados acerca da evolução da sociedade rio-grandense. Nesse quadro, foi criada uma série de ícones que deveriam ser representativos do passado gaúcho, em um contexto de datas cívicas e personagens alçados à categoria de exemplos históricos, cujas lições deveriam permanecer bem vivas junto à memória coletiva. No que tange ao período colonial, o estereótipo do “herói fundador” recairia, entre outros, com veemência, sobre a figura do dragão gaúcho.

Militares vindos para o sul à época da criação do núcleo colonial português, tendo em vista o caráter militar da empreitada advindo das disputas territoriais com os hispânicos, os dragões seriam incorporados ao discurso historiográfico não como atores sócio-políticos – que para as terras meridionais vieram por motivos profissionais e/ou em busca de melhores condições de existência e, para tanto, atuaram na defesa militar do território em litígio –, e sim como heróis que, de forma altruística, teriam garantido as fronteiras rio-grandenses-do-sul, o que foi encarado por muitos autores como uma antecipação de um “espírito patriótico”. Nesse sentido, a partir da construção discursiva historiográfica, os dragões gaúchos deixavam de ser homens de carne e osso para transformarem-se em verdadeiras lendas.

Tal discurso historiográfico foi mantido por muitos autores e, através da reprodução, viria a tornar-se praticamente uma verdade absoluta, uma vez que se formou uma rede discursiva, pela qual um conjunto de asserções repetidas à extenuação, passavam a ser incorporadas como verdadeiros ditames explicativos à

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

história gaúcha. O processo discursivo então formado e desenvolvido criou mecanismos pelos quais, as possíveis discordâncias, passavam a ser desconsideradas e/ou tratadas como descartáveis do panteão historiográfico, de modo a garantir a constante recorrência ao discurso vigente. Essa rede discursiva atingiria uma variada gama de escritores, em um contexto no qual a figura do historiador propriamente dito muitas vezes encontrava-se ainda difusa naquilo que se poderia denominar de intelectualidade, quer seja, indivíduos que se dedicavam a várias formas de produção cultural, integrando a essas estudos de natureza histórica.

Nessa perspectiva esteve inserido o escritor rio-grandense Rúbio Brasiliano Ferreira, autor de vários escritos, incluindo alguns de cunho histórico, dentre os quais, os dragões gaúchos foram tema de abordagem. Rúbio Brasiliano nasceu na cidade do Rio Grande, em dezembro de 1912 e veio a falecer em Porto Alegre, no mês de julho de 1964. Realizou os estudos primários em sua cidade natal. Tendo sua família se deslocado para o Sergipe, entabulou seu Curso elementar em Aracaju, e diplomou-se em Contabilidade pelo Curso Comercial Costa Leite, nesta última capital. De volta ao Rio Grande, realizou concurso e ministrou aulas de Português no Ginásio Municipal Lemos Júnior, atuando também em outras escolas particulares. Foi ainda Diretor da Biblioteca Rio-Grandense. Após prestação de concurso, tornou-se Escrivão de Órfãos e Ausentes no Foro do Rio Grande e, mais tarde, por recomendação médica, deslocou-se para a cidade de Erechim, executando a mesma função no Foro local. Brasiliano foi ainda redator dos jornais *Eco do Sul*, *O Tempo* e *Gazeta da Tarde*, todos da cidade do Rio Grande, bem como fundou e foi diretor

e redator-chefe da *Revista de Erechim*, órgão de publicidade mensal que manteve em tal cidade de junho de 1951 a dezembro de 1959. Em 1960, completamente curado da tuberculose foi para a capital do Estado, onde atuou como professor de Português no Ginásio Rui Barbosa. Foi também fundador, em 1937, na sua cidade natal, do Grêmio Rio-Grandino de Letras, Membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, 2ª fase, e da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras, de 1944 até sua morte¹⁵.

Rúbio Brasiliano atuou como professor, poeta, ensaísta, jornalista, cronista, historiador, contista, sociólogo, orador, conferencista, romancista, crítico de arte e teatrólogo. No que tange à sua produção intelectual, entre outras obras publicou: *O dedo da vida* (1935) – contos, *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina* – estudo sociológico (1935), *O Tempo* (1936), *Terra do Gaúcho* – memória histórico-sociológica (1937), *A estética de Mário de Artagão* – elogio patronímico na Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1944), *Porto Seguro* – estudos brasileiros (1945), *A atualidade de Ruy* – memórias (1951), *As abelhas e as formigas* – sociologia e crítica (1952), *Conceitos sobre a formação brasileira: panorama étnico-social* (1952), *Os que batem a porta* – discurso (1953), *Quixote e Quixotes* – conferência (1955), *A poética de Alceu Wamosy* – conferência (1956), *Evolução e arte* – sociologia (1956), *Conceitos sobre a formação brasileira*

¹⁵ Dados biográficos de Rúbio Brasiliano obtidos a partir de: MARTINS, 1978, p. 102.; VILLAS-BÔAS, p. 91; e NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: s/editora, 1987. t. 2. p. 174-176.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

– ensaio (1958), bem como *Lobo da Costa, Marcílio: herói sem mácula* e *Negro: raça de fortes*¹⁶.

Muitas das ideias expressas por Rúbio Brasiliano em suas obras de teor histórico reproduziam um discurso historiográfico que, à época, ganhava tons de oficial¹⁷. Dentre estas ideias estavam algumas das que se transformaram em verdadeiros axiomas junto à historiografia sul-rio-grandense, como o caráter guerreiro, libertário e democrático do gaúcho que, acima de tudo, orientaria suas formas de pensar e agir a partir de um forte conteúdo de nacionalidade. Buscando no passado colonial estes traços, Brasiliano afirmava que o gaúcho fora um produto do meio, quer seja, era a lógica consequência de uma civilização que se processara insulada do resto do Brasil pela serra ao norte e pelo litoral arenoso a leste, resultando em uma sociedade exposta aos desígnios imperialistas de vizinhos irrequietos, no combate com os quais o rio-grandense apurara o seu alto espírito de brasilidade, tendo encarnado a natureza feraz da terra, com desmedida altivez, incontida bravura, independência e amor extremo à liberdade¹⁸.

Quanto à já tão debatida e desmentida “democracia sul-rio-grandense”, pela qual as desigualdades sociais não seriam sentidas em terras

¹⁶ MARTINS. p. 102.; VILLAS-BÔAS. p. 91; e NEVES. p. 174-176.

¹⁷ Sobre este discurso ver: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

¹⁸ FERREIRA, Rúbio Brasiliano. *Terra do gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 53.

gaúchas, Brasiliano Ferreira dizia que as constantes rixas e questões de limites com os espanhóis e a construção de um sistema rural baseado no latifúndio originaram uma sociedade meio guerreira e meio independente, que definira as fronteiras geográficas e sociais do Rio Grande do Sul, em um quadro pelo qual o peão e o estancieiro seriam duas figuras que se uniram desde os albores da colonização, formando um todo indissociável¹⁹. Segundo o autor, as estâncias teriam sido as células que se juntaram e formaram um todo homogêneo, dando ao povo uma “unidade espiritual” e uma “alma libérrima”, nascendo daí a democracia e constituindo colmeias das revoluções, em um contexto no qual a necessidade de defesa comum unira o povo, sem distinções sociais, formando a democracia²⁰. Para o escritor gaúcho, o homem campeiro, isolado nas estâncias, na imensidade da Campanha, tivera de lutar para sobreviver, do que adviria um espírito de solidariedade mais amplo entre o estancieiro e o gaúcho, o qual fazia as vezes de trabalhador rural e de soldado. Brasiliano detalhava que no passado rio-grandense houvera uma formação ruidosa e movediça de estancieiros e gaúchos, unidos em uma “democracia rural”, a espreitarem o invasor castelhano ou em luta contra os desmandos do Império, seguidor até certo ponto dos métodos coloniais²¹.

¹⁹ FERREIRA, Rúbio Brasiliano. *As abelhas e as formigas*. Erechim: s/editora, 1952a. p. 31.

²⁰ FERREIRA, 1937. p. 54-55.

²¹ FERREIRA, Rúbio Brasiliano. *Conceitos sobre a formação brasileira: panorama étnico-social*. Erechim: Editora Modelo, 1952b. p. 140-141.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

A figura do gaúcho militar e ligado às lides da terra também aflorava na obra de Rúbio Brasileiro, ao descrever que, quando o clarim da guerra anunciava que o inimigo vinha do Prata, a grita de peleja irrompia no peito daqueles bravos, os quais se atiravam em suas cargas famosas, mas, finda a guerra, voltavam aos labores rudes nas estâncias, constituindo, portanto, o gaúcho em misto de vaqueiro e soldado²². O autor explicava que a zona pampeana fora exatamente o campo de luta militar, de modo que, do acampamento, do acantonamento, do bivaque, teriam surgido núcleos e latifúndios através dos quais nasceram as cidades pastoris do Rio Grande do Sul. Concluía ainda que a construção daquela poderosa organização pastoril tivera o seu apoio guerreiro, uma vez que o gaúcho fora a sentinela sincera e valente, que guardara com o seu sangue o “capitalismo nascente” dos estancieiros²³.

No que tange ao espírito libertário dos sul-rio-grandenses, Brasileiro destacava que no gaúcho havia uma ânsia de liberdade, desassombro na luta e impetuosidade na carga²⁴. Para o autor a luta pela liberdade característica do gaúcho, seria uma herança da época colonial, mas que aflorara com maior força por ocasião da Revolução Farroupilha, reproduzindo assim mais um dos tópicos do discurso historiográfico então predominante, o qual enaltecia a guerra civil de 1835-1845 como a mais brasileira das revoluções nacionais. Afirmava o escritor que as constantes lutas teriam criado no continente, em pouco tempo, uma animosidade

²² FERREIRA, 1937. p. 55.

²³ FERREIRA, 1952b. p. 137 e 142.

²⁴ FERREIRA, 1937. p. 56.

contra os mandatários da Metrópole, em uma cisão que se acentuaria cada vez mais, até a explosão do movimento republicano de 1835, o qual fora mais uma rebelião contra a prepotência clássica dos grupos dirigentes de Portugal, enxertados na política alfacinha da Regência, do que uma revolução separatista²⁵.

Esses pressupostos da construção discursiva historiográfica de então, presentes na obra de Rúbio Brasileiro, ficaram bem demarcados em dois de seus trabalhos escritos em 1935, alusivos às efemérides que então se comemorava e nos quais o autor dava amplo destaque à Revolta dos Dragões e, à mesma época, à presença dos náufragos do *Wager* em terra gaúchas²⁶. Um desses escritos foi o livro *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*, cujo intento já ficava demarcado na apresentação, ao esclarecer que a Comissão Comemorativa dos Centenários do Rio Grande à Cidade e da Revolução Farroupilha resolvera publicar aquele livro, considerando-o uma das comemorações culturais da cidade. Brasileiro explicava que não se tratava de um livro didático, e sim de uma obra de autor para autor, falando do amor às coisas e aos homens da terra gaúcha. O escritor chamava atenção para o fato de que não se detivera na parte cronológica, resolvendo por ser prolixo na crítica e na análise dos fatos, os quais teria procurado estudar, baseado em historiadores de valor, colocando-se

²⁵ FERREIRA, 1952b. p. 141.

²⁶ A respeito destes dois fenômenos históricos, ver: ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões na visão dos náufragos do *Wager*. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG; SMEC, 1995. p. 34-48.

em um plano superior e não se deixando cegar pelo fanatismo religioso ou social²⁷.

Manifestando verdadeira fé patriótica, o escritor desejava que seu trabalho, de alguma forma, prestasse auxílio àqueles que amavam a sua terra e a sua gente. Na obra em questão, Rúbio Brasiliano buscava esclarecer sua visão acerca do fazer histórico, destacando que a história vinha sendo o fator de múltiplas transformações sociais e, ao mesmo tempo, um baluarte no qual crepitavam as mais altas finalidades ou concepções humanas. Segundo ele, a história deveria ser um documento precioso e imparcial e nunca um libelo de acusação, de modo que, apesar de suas convicções pessoais, tinha para si que o historiador escrupuloso não deveria ter religião, nem credos políticos ou sociais, quando no desempenho de suas funções. Para Brasiliano, a ciência histórica e suas congêneres tinham evoluído notavelmente, de modo que os véus sobre elementos do passado ficaram rompidos diante das pesquisas de tantos apóstolos da ciência e reconstrutores do passado. Buscava esclarecer ainda que o historiador era um ente educador e, portanto, não poderia ser sectarista, pois, nesse caso, seria necessariamente pernicioso à juventude que desejava pelo estudo perscrutar as altas finalidades da ciência histórica na sociedade dos homens livres²⁸.

Ao estabelecer o cenário onde atuaram os dragões, Brasiliano enfatizava os pressupostos legitimadores da construção discursiva então em voga,

²⁷ FERREIRA, Rúbio Brasiliano. *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*. Porto Alegre: Globo, 1935a. p. 3.

²⁸ FERREIRA, 1935a. p. 3 e 5.

destacando, por exemplo, que a pampa estereotipara o caráter do povo gaúcho, nascendo ali a democracia, bem como emanando os mais belos ideologismos, percorrendo-a Pinto Bandeira e Abreu, na ânsia suprema de libertarem o torrão nativo da dominação castelhana e atravessando-a Bento Gonçalves, Neto, Portinho e tantos outros pugnazes da República. Explicava que a pampa seria para o gaúcho o que eram as areias do Saara ou do Nefu para o *xauter* ismaelita e para as caravanas marroquinas, o que eram as estepes da Rússia para os audazes cavalarianos da Ucrânia; ou os gelos dos fiordes da Suécia para os naturais. Definia assim que o gaúcho e o cavalo eram deuses das solitudes pampeanas, que constituía a pátria do guasca, o centauro da América, que a percorria fremente de entusiasmo, em uma cavalgada louca e irrefreável. Associando homem e terra, dizia que, como a alma indomável do povo, a pampa era de uma beleza triste, fria, emocionante, de modo que o solo ondulado refletia energias serenas e vontades inquebrantáveis²⁹.

De acordo com Rúbio Brasiliano, o gaúcho era um produto da pampa, o qual era o seu habitat, em um quadro no qual a bravura do povo promanou da aspereza da gleba. Buscava esclarecer que, do seio da pampa bravia, teriam partido as legiões que defenderam o Rio Grande do Sul e consolidaram a sua independência, em um quadro no qual a pampa verde, de uma verdura de esmeralda, que percorria vastidões ilimitadas, em um desdobrar serpentiforme e nervoso, seduzia, porque evocava um passado de heroísmo; encantava, por ter servido de túmulo a milhares de

²⁹ FERREIRA, 1935a. p. 21-22.

heróis desconhecidos; maravilhava, porque encarnava na sua beleza fria e emocionante, a alma indomável de um povo que se fez grande com o próprio esforço e do seio do qual partiram os perfis assombrosos de Pinto Bandeira, Porto Alegre, Bento Gonçalves, Osório, Castilhos, Pinheiro Machado, e tantos outros homens notáveis da terra gaúcha³⁰.

As premissas do “patriotismo”, da “democracia” e do caráter libertário rio-grandenses-do-sul também se faziam presentes na obra *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*, explicando o autor que, ao iniciar-se a colonização, ela fora lenta, difícil e feita à custa de muita vida e sangue. Destacava ele que não fora só a influência do clima e a anastomose do solo, mas também o frenesi belicoso que animara, constantemente o cérebro daquela gente gaúcha, na ideia imperiosa e sublime da defesa do torrão nativo, que contribuíra para a formação do caráter do povo gaúcho. Para Brasileiro, a necessidade da defesa comum irmanara o povo sem distinção social e fora o primeiro passo para a democracia, de modo que o meio físico, a exigir do gaúcho a vida rural, despertara na alma moça do povo que nascia ideias igualitárias³¹.

Segundo Rúbio Brasileiro, a pampa, desértica e triste, na qual o gaúcho passava a sua existência de pelejador e de livre, lhe formara o caráter, ou seja, a vastidão sem limites, ondulante, nervosa, dera-lhe o amor à liberdade e o espírito da independência. Para o autor, as estâncias teriam desempenhado decisivo papel na história da gleba gaúcha, consistindo-se em centros de oposição ao expansionismo castelhano e às ordens

³⁰ FERREIRA, 1935a. p. 22.

³¹ FERREIRA, 1935a. p. 26.

despóticas dos governadores de Portugal, nascendo ali a revolução e originando-se a rebeldia e o civismo dos rio-grandenses. Chamando atenção para a Revolução Farroupilha, buscava lembrar que o fator geográfico contribuíra, inegavelmente, para a formação do tipo rio-grandense, para o engrandecimento da terra gaúcha, para a incubação no ânimo do povo dos ideais libertários, que mais tarde, em 1835, fizeram eclosão³².

Ao fazer referência aos dragões gaúchos, o escritor localizava-os historicamente no momento da ocupação lusa das terras sulinas. De acordo com Brasiliano, a fundação do presídio do Rio Grande marcava o início da história rio-grandense propriamente dita, ou seja, o empreendimento de Silva Paes pusera termo às incertas pendências e infrutíferas bandeiras vicentistas, e as questões das Missões e da Colônia do Sacramento assumiam um novo aspecto. Para o autor, outro ciclo histórico, mais empolgante e mais vasto se desdobrava à perspectiva do observador, pois a fundação do presídio trouxera um sem número de controvérsias entre lusos e castelhanos, levantando nova querela, na qual, mais do que nunca, os planos expansionistas de Castela se destacaram, pondo em constante perigo a integridade do Rio Grande do Sul³³.

Especificamente sobre a ação dos dragões no Rio Grande do Sul, Rúbio Brasiliano lembrava a revolta por eles promovida no alvorecer da ocupação lusitana na região. Descrevia que, três anos após a formação do povoado, a Metrópole esquecera-o completamente, em um quadro no qual a decadência não se fez esperar:

³² FERREIRA, 1935a. p. 26-27.

³³ FERREIRA, 1935a. p. 55.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

famintos, quase nus, sem receberem soldo, curtindo o frio das internadas sulinas, maltratados barbaramente pelos superiores – os soldados viviam escaqueados no Presídio, sem nenhum contato direto com a civilização, perdidos no areal revolto das praias batidas pela marinha inclemente, de modo que, aos 5 de janeiro de 1742, no auge do desespero, revoltaram-se contra os seus superiores³⁴.

Lembrando os iminentes riscos de deserção à época latentes, Brasiliano insistia na tese do patriotismo dos dragões. Explicava que os espanhóis do Prata, sequiosos de se apoderarem do Presídio, fizeram promessas vantajosas aos revoltosos, mas com a condição de se submeterem ao domínio de Castela, diante do que o escritor buscava esclarecer que, apesar de alguns se inclinarem para as propostas de Espanha, a maioria repeliu altivamente o desonroso convite. Ao estudar a Revolta dos Dragões, o escritor gaúcho fazia referência à presença dos naufragos do *Wager* no Rio Grande daquela época. Descrevia que fora nesse momento que aportaram ao Presídio, em uma barca, os naufragos do *Wager*, navio inglês naufragado no golfo das Peñas, na costa ocidental da Patagônia, e pormenorizava, afirmando que Bulkeley e Cummins, dois naufragos do *Wager*, mais tarde, em Londres, publicaram um livro relatando as peripécias e os infortúnios ocorridos em suas viagens³⁵.

Segundo o autor, depois de pintarem a vida miserável do Presídio daquela época, os britânicos falavam substanciosamente da primeira revolta armada

³⁴ FERREIRA, 1935a. p. 55-56.

³⁵ FERREIRA, 1935a. p. 56.

no Rio Grande. Descrevia que os naufragos foram recebidos carinhosamente, de modo que puderam conviver epidermicamente com os acontecimentos de então. Para o escritor gaúcho, Bulkeley e Cummins forneciam em seu trabalho apreciáveis subsídios, descrevendo com ponderação a Revolta de 1742. Reproduzindo o ditame historiográfico reinante, Rúbio Brasileiro considerava que o movimento extinguiu-se com a chegada de Silva Paes, quando a própria obra dos ingleses descrevia que o mesmo continuara. Para ele, a revolta fora apaziguada por José da Silva Paes, que chegara ao Presídio com a anistia ampla do rei e ordens para regulamentar a vida administrativa e militar do Presídio, de modo que a parca minoria exaltada serenara completamente, ocorrendo o fim do movimento³⁶.

Outro trabalho de cunho comemorativo de Rúbio Brasileiro Ferreira foi o ensaio *Os naufragos do Wager* publicado também em 1935, em edição alusiva do jornal *Rio Grande* da homônima comuna portuária, em homenagem ao centenário da elevação da localidade à categoria de cidade, no qual fazia referências aos dragões gaúchos, com ênfase à Revolta de 1742. Buscando descrever o contexto colonial sul-riograndense, o autor explicava que, na colonização das donatarias, últimos vestígios do feudalismo transplantado para a América, não foram compreendidas, na demarcação de limites, as terras que do planalto do Paraná se estendem até a embocadura do Rio da Prata, constituindo vasto cenário cortado por caudalosos rios, sulcado de montanhas, cuja linha sinuosa recorta os horizontes que se alargavam e cujas

³⁶ FERREIRA, 1935a. p. 56.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

pampas, após o Camaquã, no Rio Grande, se espalhavam em uma sucessão verde e monótona de ondulações caprichosas. Para Brasileiro, esse cenário majestoso e sereno, que contrastava extraordinariamente com a natureza tropical do norte brasileiro, fora o teatro amplo onde os dois povos rivais da Ibéria se digladiaram nas correrias desencontradas e famosas, nas quais a barbárie e o heroísmo se irmanaram poderosamente³⁷.

Nessa linha, o escritor rio-grandense explicava que, quando Portugal iniciara as suas explorações, ao Rio Grande do Sul, já os espanhóis do Prata e seus aliados, os jesuítas do Paraguai, tinham penetrado no território e marchavam silenciosamente sobre o litoral, cuja conquista teria garantido a vitória às gentes de Castela. Descrevia ainda que lendas descabeladas e sombrias corriam em torno das terras do sul, de modo que à imaginação exaltada dos cronistas cabia o direito de exagerá-las, o que influíra poderosamente no espírito dos povos da época, os quais não queriam trocar as regiões ardentes e as florestas planturosas do norte, nas quais a vida era mais intensa e os lucros, na época, se lhes afiguravam maiores. Acusava ainda que da imprevidência da Metrópole portuguesa resultara o descuido lamentável, o abandono criminoso do Rio Grande do Sul, cujas fronteiras foram forçadas, e as suas terras invadidas pelas hostes castelhanas e pelos catequistas da Companhia de Jesus, seus aliados³⁸.

Ainda sobre a tardia colonização das terras gaúchas, Brasileiro destacava que os expedicionários paulistas, desbravadores do Brasil e cujo ânimo

³⁷ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

³⁸ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

aventureiro escrevera a epopeia máxima da civilização brasileira, descendo do planalto do Paranapanema, foram batendo os jesuítas até as terras de Laguna, e pararam, de súbito, em Lages, aí se detendo como que indecisos, diante da natureza que se lhes abria a perspectiva, lançando-se apenas mais tarde, em correrias indômitas, destruindo as Missões do Tape, perseguindo os espanhóis e jesuítas com incansável afã. Explicava que, no entanto, paralisara a fúria desbravadora do bandeirante, que se retirou para as terras longínquas de Mato Grosso e Minas Gerais, na busca do ouro, de maneira que ainda ficava em aberto a ocupação territorial do Rio Grande do Sul³⁹.

Acusando o abandono da Metrópole para com seus súditos, o escritor gaúcho descrevia os primeiros tempos da colonização lusa no Rio Grande, destacando que, em 1737, fundou-se o Presídio, que constituiu a única barreira oposta ao expansionismo castelhano, fraco, isolado na praia desértica, batida pela marinha furiosa e revolvida pelos areais desnorteados, longe de socorros, e que, abandonado pela Metrópole, caíra na decadência. Apontando para a negligência das autoridades metropolitanas, Brasileiro destacava que os soldados viviam escaqueados, maltratados pelos superiores, famintos e rotos, e, por isso, um dia tomaram uma deliberativa – a reação, que veio aos 5 de janeiro de 1742 e fora enérgica⁴⁰.

Explicava o articulista do jornal *Rio Grande* que os soldados romperam, de súbito, com a disciplina, em grande alarido, e prenderam os seus superiores,

³⁹ *Rio Grande*, 27/jun./1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

⁴⁰ *Rio Grande*, 27/jun./1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

respeitando apenas o coronel Diogo Osório Cardoso, governante de então, e, satisfeitos e vingados das afrontas recebidas, escolheram entre eles novos oficiais, que foram logo empossados de seus cargos. Rúbio Brasileiro definia que a Revolta dos Dragões fora a primeira revolução armada que se fizera em terras gaúchas, pois, da repulsa coletiva aos desmandos da Metrópole e aos seus mandatários, germinara a semente da rebeldia, cujos surtos encheram as páginas da história rio-grandense de lances de heroísmo sem par⁴¹.

A Revolta dos Dragões aparecia como pano de fundo para o intento de abordagem de Rúbio Brasileiro naquele artigo, explicando que fora naquela época, 1742, que aportaram no Rio Grande os naufragos do *Wager*. Descrevendo o ambiente da época, o autor destacava que o Rio Grande daquela época não ia além dos fortes Jesus-Maria-José, edificado no local onde ficaria a Praça Sete de Setembro, e que abrangia as Ruas Paissandu, Francisco Marques, Bacellar (antiga Direita) e Silva Paes (antiga Uruguaiana); forte Santana, construído nos terrenos da Hidráulica, e um fortim da barra; e algum arranhamento sem importância, de modo que o resto da península, ou estaria envolvido pelos cômoros revoltos, que as lufadas do Nordeste tocavam para diante, ou pelos pantanais do Saco da Mangueira⁴².

Brasileiro buscava detalhar os episódios que marcaram a trajetória dos naufragos até presenciarem a Revolta dos Dragões, destacando que, atirados às praias desérticas e estéreis da Patagônia, os sobreviventes do *Wager* se dividiram, após dissensões entre os seus chefes,

⁴¹ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

⁴² *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

em duas caravanas, a primeira, após ingentes esforços, alcançou o Chile; a outra, rumou pelo Estreito de Magalhães até chegar ao litoral brasileiro. com oitenta e um homens em três embarcações. Explicava que os náufragos, através de misérias e infortúnios, foram morrendo de fome pelos caminhos, ou vitimados pelos temporais violentos dos mares antárticos, de modo que apenas trinta homens, desgarrados e famintos, alucinados e repelentes chegaram ao Rio Grande, quase um mês depois da eclosão da revolta⁴³.

Citando a obra de John Bulkeley e John Cummins, o escritor descrevia aos leitores do jornal *Rio Grande* que a vista daquela terra habitada, produzira entre os náufragos excessos de alegria só experimentados por homens que, durante muito tempo, estiveram a dois dedos da morte e se sentiam afinal a salvo, descrevendo que após a ancoragem, partira de terra um bote com um sargento e um soldado, encarregados de levar alguns deles à presença do governador, a fim de informarem quem eram, de onde vinham e qual o motivo de sua arribada ao Rio Grande. Detalhava ainda que, quando os dois militares entraram na lancha, ficaram como pasmados vendo um bando de seres humanos horrivelmente descarnados e de uma imundície repelente, lhes lançando olhares que traduziam horror e a compaixão inspirados pelo seu miserando estado⁴⁴.

Brasiliiano Ferreira descrevia que, dessa forma miserável e triste, aportaram aqueles foragidos ingleses ao Rio Grande hospitaleiro, uma vez que o governante

⁴³ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

⁴⁴ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

recebera-lhes carinhosamente, dando-lhes a melhor casa do Presídio, distribuindo-lhes víveres, fazendo questão de alojar em sua própria residência os oficiais. Utilizando-se mais uma vez da narração dos cronistas britânicos, o autor apontava que a curiosidade impelira uma vasta multidão a ver de perto a lancha arribada e os desventurados salvos, como por um milagre, ao furor das vagas, em um cenário no qual homens, mulheres e crianças acudiram a bordo e os náufragos prestavam-se de bom grado aos ávidos olhares da turba rumorosa, não parando, porém, até aí as gentilezas do comandante Osório, que se comprometeu a enviar, no primeiro navio, os náufragos ao Rio de Janeiro. Diante desse intento, o escritor explicava que, infelizmente, porém, já pela distância do Presídio, já pela pouca acessibilidade da barra, os navios que aportavam eram raríssimos⁴⁵.

Detidamente sobre a Revolta de 1742, Rúbio Brasileiro destacava que, a princípio, os náufragos nada observaram de anormal na vida do Presídio e, somente três dias após, se aperceberam que os atenciosos oficiais que os distinguiam com a sua amizade e os cumulavam com as maiores gentilezas, não passavam de simples soldados, homens leais e rudes da caserna, afeitos aos sacrifícios e valorosos no infortúnio, os quais uma revolta justa, e humana elevava às mais altas hierarquias militares. Brasileiro descrevia que se surpreenderam Bulkeley e Cummins do espírito de disciplina ali existente do respeito à nobre figura de Osório. Concluía que a análise meticulosa da revolução embrionária levaria à descoberta de que era Osório um político astuto e observador profundo do meio, já que, isolado na

⁴⁵ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

península estéril, lutando de um lado com o rancor dos soldados e do outro com a inconstância dos oficiais, Osório conhecera de perto o perigo e tratara de evitá-lo, para tanto, lançara mão da dissimulação, fazendo-se passar como amigo dos soldados, comprando indivíduos que propagassem essas ideias no seio da tropa e o resultado fora o melhor possível; feita a revolta, a figura do comandante foi respeitada e a chefia não lhe foi arrancada⁴⁶.

Brasiliano chamava atenção para o fato de que pouco duraria a concórdia, pois os víveres esgotavam-se e a fome principiava a inquietar a gente do Presídio, chegando Osório a diminuir a ração dos náufragos, que protestaram, mas diante da imperiosa verdade, tiveram que calar, de modo que a situação fora se agravando. Ainda sobre os náufragos, Brasiliano Ferreira passava então a destacar as várias tratativas no sentido de solucionar a presença dos britânicos nas terras sulinas, tendo em vista sua intenção de deslocar-se para o Rio de Janeiro, ainda mais tendo em vista a situação que se tornava cada vez mais crítica. O escritor descrevia que os ingleses preparavam-se para a partida quando chegaram notícias de que quatro navios, saídos de Santa Catarina, navegavam, à vela solta, para o Rio Grande, vindo os mesmos a aportar no Rio Grande, com a presença de Silva Paes, trazendo víveres e notícias da Corte⁴⁷.

Mais uma vez, Rúbio Brasiliano Ferreira enfatizava que a chegada de José da Silva Paes trazia consigo o significado do encerramento da Revolta dos Dragões. Explicava o autor que o fundador do Presídio

⁴⁶ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

⁴⁷ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

era portador da anistia para os revoltados, de modo que, com enorme aparato, formou a tropa e Silva Paes dirigiu-lhe a palavra, lembrando que o rei de Portugal, em sua imensa bondade, trazia-lhe o perdão, com uma condição única: todos voltassem a seus postos e cumprissem com o seu dever. Complementava a descrição, narrando que o governador dissera que lhes trazia um terço de seus soldos atrasados, que o resto da soma vinha em caminho e que o dinheiro do qual era portador, seria imediatamente pago aos que o quisessem obedecer⁴⁸.

Enfatizando o “espírito patriótico” dos dragões, Rúbio Brasiliano descrevia – apesar de ainda permanecerem certas insatisfações – o suposto fim da revolta como uma epopeia: A estas palavras todos começaram a gritar: – Ou tudo ou nada. Estabeleceu-se, então, grande tumulto entre os soldados: uns ameaçavam passar-se ao serviço da Espanha; outros diziam abertamente que não obedeceriam enquanto não fossem pagos. Diante dessas reações, Brasiliano exaltava a participação do fundador do Rio Grande: Silva Paes, espírito enérgico e arguto, estabeleceu a calma e a tropa entrou em acordo completo. Os oficiais improvisados, arrancando seus distintivos, voltaram a seus postos. O exemplo bastou. E a concórdia foi firmada no Presídio, tendo Silva Paes a política extraordinária de não querer descobrir os cabeças do motim. Concluindo seu artigo, o escritor gaúcho descrevia ainda os últimos momentos dos naufragos em terras gaúchas até sua partida, depois de mil peripécias, misérias e sofrimentos, tendo prestado

⁴⁸ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

um relato minucioso e patético das desgraças sofridas através dos oceanos desconhecidos do sul⁴⁹.

Assim, em seus dois escritos alusivos aos centenários comemorados em 1935, Rúbio Brasileiro Ferreira repassava alguns dos axiomas que compunham o discurso historiográfico então vigente, quer seja, os dragões como mitos lendários que de forma heroica e altruística teriam edificado as fronteiras gaúchas. Exemplos do espírito “libertário” e “democrático” dos sul-rio-grandenses, os dragões teriam edificado a primeira revolta gaúcha, antecipando a luta da liberdade contra a tirania que se tornaria, de acordo com essa versão, a marca registrada do Rio Grande do Sul, através daquela que seria apontada como o maior dos eventos rio-grandenses, a Revolução Farroupilha. Buscando retratar o patriotismo dos dragões, Brasileiro deu amplo destaque à manutenção da ordem e a não ocorrência de deserções, bem como insistiu na tese de que a revolta acabara com a primeira presença de Silva Paes, o que efetivamente não ocorreu, só se estabelecendo mais tarde, chegando o militar a ter de refugiar-se à espera de mais navios. Outro fundamento não destacado pelo escritor foi o conteúdo social do movimento que contou com amplo apoio do conjunto da população, sendo o mesmo negligenciado, ressaltando apenas o caráter militar da revolta.

Digno de nota torna-se o fato de que tanto a continuidade do movimento quanto a participação popular no mesmo foram elementos presentes na narração de Bulkeley e Cummins, exatamente um dos pontos principais da descrição de Brasileiro Ferreira.

⁴⁹ *Rio Grande*, 27 jun. 1935. Ano XXII. N. 135. p. 15.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

Nesse sentido, os trabalhos do autor gaúcho estavam exatamente a contento com o discurso historiográfico então reinante, o qual visava a dar ênfase à brasilidade de um Rio Grande do Sul que teria sempre lutado para continuar brasileiro. No caso, os dragões eram cristalizados como verdadeiros antecipadores desse sentimento, além disso, a Revolta de 1742 era retratada como um movimento que demarcava o caráter libertário dos gaúchos, mas o silenciamento quanto ao seu conteúdo social advinha também do fato de que não seria interessante lembrar esse tipo de movimento no passado rio-grandense, ainda mais naquela época em que os movimentos sociais encontravam forte resistência principalmente de parte da esfera governamental que, progressivamente, caminhava a passos largos em direção ao autoritarismo.

Rúbio Brasiliano Ferreira constituiu desse modo o chamado homem de letras de sua época, dedicando-se a variadas áreas do conhecimento humano, gerando uma razoável produção intelectual. Suas obras de cunho histórico, mormente as entabuladas nos anos trinta, refletiam o modo de fazer história então reinante no Rio Grande do Sul, com a inexorável ascendência do discurso historiográfico que à época assumia feições de oficial, tamanha a abrangência e a legitimação alcançadas. Embora não tenha dedicado escritos específicos à figura do dragão gaúcho, nos trabalhos de Brasiliano tal personagem esteve presente e retratado a partir do enfoque daquela construção discursiva. Ao resgatar a ação dos dragões e mesmo as narrativas dos naufragos do *Wager*, o autor buscava alocar esses personagens como significativos na evolução histórica rio-grandina e rio-grandense, ainda mais quando se

tratava de comemorar as efemérides então em pauta. Fosse através do livro *O Rio Grande do Sul e a Cisplatina*, fosse no artigo publicado no jornal *Rio Grande*, Brasileiro Ferreira contribuiu na divulgação daqueles elementos históricos, entretanto não chegou a inovar no que tange à inter-relação entre seus objetos de estudo, de modo que, seguindo a orientação da historiografia em voga, muitas das informações expressas no relato dos naufragos, que serviriam para melhor entender a Revolta dos Dragões, foram deixadas de lado pelo autor, incorrendo em uma estratégia discursiva que, por décadas, foi predominante na abordagem dos temas correlatos ao dragão gaúcho⁵⁰.

Fernando Luís Osório e a idealização imaginária e imagética do dragão gaúcho

No âmbito da historiografia sul-rio-grandense edificada a partir dos anos vinte foi comum a criação de arquétipos heroicizados para cada uma das várias etapas históricas que marcaram a formação da sociedade gaúcha. Nesse sentido, tais construções discursivas historiográficas tendiam a ungir determinados indivíduos ou conjunto de pessoas que passavam a ser tratados não apenas como homens comuns, com seus respectivos papéis sociais, mas eram elevados à categoria de heróis, transformados em lendas e em verdadeiros mitos inseridos naquilo que os intelectuais

⁵⁰ Publicado originalmente em: *Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. p. 115-132.

de então passariam a denominar de “alma gaúcha”. Dessa forma, determinados episódios da história rio-grandense seriam içados à categoria das datas cívicas e alguns personagens viriam a ascender ao “panteão dos heróis sulinos”.

Tal historiografia tinha por intento fundamental corroborar e participar ativamente de um projeto mais amplo que visava a recriar a imagem do Rio Grande do Sul diante do todo nacional. Tendo em vista o processo de preparação e posterior chegada ao poder na esfera federal de grupos políticos pertencentes à elite gaúcha, a partir da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, processos dos quais adviria a denominada Era Vargas, estabeleceu-se uma planificação muito bem estruturada no sentido de buscar sobrepujar certos preconceitos com os quais era tratado o estado sulino, mormente no que tange às tendências separatistas e ao fato de ter constituído um fator de instabilidade em várias etapas da formação do Estado brasileiro. A meta fundamental passava a ser mostrar o Rio Grande como a mais brasileira das unidades nacionais e o discurso de cunho historiográfico representaria uma faceta desse projeto no campo da intelectualidade. A partir de tal premissa, haveria um significativo esforço de parte dos historiadores em reconstruir as interpretações sobre o devir histórico rio-grandense-do-sul, não medindo recursos para sua empreitada e, se necessário, estabelecendo estratégias, metabolizando as informações contidas nos documentos ou lançando mão de artimanhas para comprovar suas premissas pré-estabelecidas, não importando por vezes o próprio significado real das fontes históricas.

A maior parte das atenções desses historiadores voltou-se ao estudo da Revolução Farroupilha, considerada a “data máxima” da história rio-grandense e da qual adviriam a maior parte daqueles que foram transformados em “heróis gaúchos”. Mas tornava-se necessário estabelecer um processo de construção discursiva que abordasse outras etapas da história sul-rio-grandense e, no que tange ao período colonial, deram relevante importância à edificação das fronteiras sulinas e, quanto aos indivíduos a ser heroificados, alguns dos escolhidos foram os militares pertencentes ao regimento de dragões que serviram no Rio Grande do Sul. Esses militares atuaram nas terras gaúchas desde a fundação do primeiro núcleo colonial português e, posteriormente, espraariam sua ação por outras localidades gaúchas.

Tais dragões chegaram a ter um papel de destaque na confirmação do território sulino, alvo de constante litígio entre lusos e espanhóis, como posse dos primeiros, servindo à guarnição das fronteiras extremo-meridionais brasileiras. Entretanto, cada qual seguia seu papel social, fosse o alto oficialato interessado na propriedade da terra, fossem os soldados, buscando manter suas condições de existência a partir da profissão por eles executada. A historiografia, entretanto, de acordo com as características da época, intentou construir a imagem dos “heróis fundadores” em torno da figura dos dragões, ao defender ardorosamente que eles eram “homens à frente de seu tempo” e que teriam garantido a posse das terras gaúchas por motivações altruísticas e calcados em um suposto patriotismo. Tais conjecturas estavam intrinsecamente ligadas ao pensamento nacionalista que então passava a vigorar em

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

muitas partes do mundo e ganharia espaço também no Brasil sob a égide do varguismo.

Assim, os dragões gaúchos, na perspectiva daqueles historiadores, deixavam de ser homens comuns e adquiriam forças e valores “sobre-humanos”, em uma constante tentativa de heroicizar, mitificar e mesmo romantizar a ação de tais militares. Nesse sentido, os dragões teriam antecipado um sentimento de patriotismo em relação a uma nação brasileira ainda inexistente, uma vez que tal discurso historiográfico não levava em conta as atitudes daqueles indivíduos como atores sociais, com interesses próprios e sim como um agrupamento que teria agido na paz e na guerra a serviço de uma causa maior baseada na abnegação e em nome da nacionalidade. Além disso, os dragões, como força que serviu também como cavalaria, seriam vistos ainda pelo prisma historiográfico, como os predecessores do “gaúcho rio-grandense”, ou seja, o indivíduo libertário que, a cavalo, tal qual um “centauro dos pampas”, de arma à mão, e/ou cuidando das lides agropecuárias, teria garantido as fronteiras rio-grandenses.

Tal qual a historiografia dita nacional elevava o bandeirante à categoria de “heróis-fundador”, no Rio Grande do Sul esse papel seria destinado por parte dos historiadores locais aos dragões. Adviria dessa edificação de cunho intelectual a busca pela criação de representações imaginárias e imagéticas que estabelecessem uma face ou, ao menos, uma aparência a esse “herói-dragão” de modo a corroborar com a popularização da sua imagem e diversos foram os historiadores que trabalharam em direção a esse intento. Nesse contexto, um dos escritores que mais se

empenhou na construção do mito do dragão gaúcho foi Fernando Luís Osório (1886-1947). Pertencente à tradicional família sul-rio-grandense, Fernando Osório tinha formação jurídica na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, de modo que atuou como advogado e catedrático de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito de Pelotas, mas sua carreira espalhou-se em outras direções, de modo que foi também sociólogo, musicista, ensaísta, romancista, historiador e biógrafo.

Nessa perspectiva, Fernando Luís Osório cumpriria a contento o papel do intelectual da época em que viveu, atuando ainda como professor do Ginásio Pelotense, diretor da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, presidente da Biblioteca Pública Pública Pelotense, membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Como era comum nesse período, suas abordagens intelectuais englobavam variadas áreas do conhecimento humano e, em sua profícua carreira de escritor, muitas de suas obras visaram ter a história por enfoque⁵¹. Em vários desses escritos, os dragões gaúchos

⁵¹ Dentre suas obras, podem ser destacadas: *História do General Osório* (1915), *Tiro Brasileiro* (1916), *O espírito das Armas Brasileiras* (1918), *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão* (1922), *Sociogênese da Pampa Brasileira: concepção e trato dos estudos rio-grandenses, a orientação do povo gaúcho* (1927), *Traços eternos do Rio Grande* (1928), *Gigante que cresce* (1928), *Legenda dos Dragões* (1928), *Alencar e o gênio da raça* (1929), *Legenda continentina* (1929) *Um gaúcho brasileiro* (1930), *Fogo morto* (1930), *O encanto dos salões* (1931), *Duas glórias da América* (1931), *Flama garibaldina* (1932), *A balança e o crucifixo* (1933), *A Ciência da Justiça: problemas do Novo Direito* (1933), *A Guerra dos Farrapos* (1935), *Mulheres farroupilhas* (1935), *A graça e o lirismo*

foram os protagonistas e na maioria deles, o autor buscou atuar na constituição de uma imagem para o “herói-dragão”.

Foram várias as obras nas quais Fernando Osório intentou criar imagens mentais ou até mesmo gráficas para os dragões, tendo por meta descrevê-los não só em suas ações, mas também em relação às suas aparências. Um desses escritos foi *Traços eternos do Rio Grande*⁵², livreto no qual o autor expressava uma manifestação em prol da edificação de um monumento ao Estado do Rio Grande do Sul, abordando a sua concepção e o seu tentame. Ao longo do trabalho, Osório destacava vários dos episódios e dos personagens que deveriam estar presentes em tal painel acerca da formação histórica sul-rio-grandense. Essa publicação contava com a chancela da Livraria do Globo, editora que se afirmava como uma das mais importantes casas culturais rio-grandenses e em torno da qual se aglutinava em grande parte a intelectualidade gaúcha de então.

Na concepção do escritor, a justiça do povo precisava, em uma “glorificação majestosa”, pela

heroico dos farrapos (1935), *Os supremos objetivos de 1835* (1935), *A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos* (1936), *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos* (1936), *A epopeia dos fronteiros* (1937), *O rincão de Pelotas* (1937), *Sangue e Alma do Rio Grande* (1937), *A formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande do Sul* (1937), *A trincheira de Castilhos* (1937), *A Guerra Guaranítica* (1937) e *O destino do Rio Grande e seu patriarca* (1937). Dados biográficos e bibliográficos obtidos a partir de: MARTINS, 1978. p. 413-414.; e VILLAS-BÔAS, 1974. p. 354-356.

⁵² OSÓRIO, Fernando Luís. *Traços eternos do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1928a.

sugestão conjunta, reunir, em tributo cívico, o que devia aos operários anônimos, formidáveis de sua história, que, com a fieira de seus construtores e gênios, criaram o nome coletivo, realizando a homenagem de um monumento perene na acepção exata e ampla do termo. Tal monumento, na sua concepção e tentame, na mais plástica das estesias – a escultura na unidade de seu efeito etno-sociológico – deveria trazer em si uma consagração e uma narrativa escultural que pedia o Rio Grande do Sul, capaz de fazer o que os livros inteiros não conseguiram nas energias populares, como a inspiração social maior e a comemoração que lhe assinalasse, nos traços eternos, nas cenas, nos aspectos e fatores essenciais do seu processo histórico⁵³.

Nessa obra monumental proposta por Osório em homenagem à história gaúcha, havia um segmento específico para a ação dos dragões, ressaltando suas ações na guarnição das fronteiras rio-grandenses, nos embates contra os espanhóis e nas lides da terra com a agricultura e a pecuária, fundamentais para a fixação humana naquelas disputadas terras. O autor destacava também uma suposta abnegação como marca registrada dos militares, uma vez que os mesmos sozinhos e “sem amparo de ninguém” teriam empreendido uma verdadeira missão de “fé patriótica”, atitudes que se refletiriam na formação da sociedade sul-rio-grandense. Ao projetar o monumento no “branco mármore da coragem”, o escritor não descuraria de buscar a criação de uma imagem para o dragão, compreendendo suas feições, fardas, apetrechos e armamentos, além de

⁵³ OSÓRIO. 1928a. p. 12-13.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

atribuir-lhe um caráter “cavalheiresco” e heroico. Tais asseverações encontram-se assim explicitadas:

A alegoria a esse despontar do gênio continentino, a esse primeiro soldado rio-grandense que, respirando a livre atmosfera de pampa e coxilha neste povo selecionado em combate e acampamento, defendeu a obra, mantida do bandeirante; soldado de ocasião, campeador no trabalho das estâncias, representado pela fina flor dos indomáveis. Dragões do Rio Pardo, em cuja estirpe sobranceiam Rafael Pinto Bandeira e o mártir comandante desse regimento ou esse marechal José de Abreu, o rival vitorioso dos maiores caudilhos espanhóis do Prata, entre os principais salvadores da nossa fronteira meridional na América Portuguesa.

Campeador que preparou a história rio-grandense, sozinho, vigilante de aspecto, na sugestão do proscênio comparado ao exemplo grego de Hércules a esmagar, sem amparo de ninguém, no berço, a serpente ameaçadora da integridade territorial, atalaiando as lindes nacionais, como força defensiva, o olhar voltado para o horizonte distante e o espaço castelhano, num cunho majestoso da ação integradora, decisiva, que a atitude invicta do gaúcho, coletivamente, imprimiu com revivescências históricas, no branco mármore da coragem...

A alegoria, em tais linhas esculturais ao dragão de fardeta, de calções até os joelhos, botas de polimento, espadim ao lado e um capacete com penacho, do qual saía o cabelo comprido, amarrado por uma fita, sempre pronto “a combater como os cavaleiros medievais e a

morrer pelo seu Deus e a sua Dama”, alegoria à multiplicação de heróis.

Outra obra na qual Fernando Luís Osório objetivaria apresentar uma versão imagética acerca dos dragões foi na *Legenda Continetina*, conjunto de versos sem maiores preocupações formais ou métricas, nos quais o autor reunia – inclusive textualmente – várias de suas asserções realizadas em outras de suas obras a respeito da atuação dos militares. Tal edição expressava uma verdadeira síntese dos pressupostos lançados ou repetidos por Fernando Osório acerca dos dragões, em afirmações que, muitas vezes, viriam a transformar-se em axiomas junto à intelectualidade gaúcha, ou ainda, verdades absolutas que, pela constante recorrência, seriam incorporadas à mentalidade coletiva rio-grandense-do-sul. A aceitação das asseverações entabuladas por Osório foi tão notória, que seus versos foram publicados, na íntegra, como prólogo de um livro inédito⁵⁴, sob o título *Legenda dos Dragões*, junto à Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁵⁵, uma das edições mais conceituadas da época e expressão da intelectualidade rio-grandense, mormente a voltada à historiografia. Os mesmos versos foram também publicados pela Livraria do Globo e

⁵⁴ VILLAS-BÔAS. p. 355.

⁵⁵ OSÓRIO, Fernando Luís. *Legenda dos Dragões*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. n. 32. Porto Alegre: IHGRGS, 1928b. p. 557-565. Os versos foram publicados também no jornal porto-alegrense *Diário de Notícias*, na edição de 18 de novembro de 1928 e em outro livro de autoria do escritor: OSÓRIO. Fernando Luís. *Sangue e alma do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937a. p. 176-184.

apresentados como um “prólogo de um livro sobre a poesia e a glória do Rio Grande”⁵⁶.

Na “Legenda”, misturavam-se duas vertentes da produção intelectual do escritor, quer seja, a histórica e a literária. Fernando Osório considerava que a atividade literária deveria estar ligada ao bem que fazia o fervor do alto patriotismo, bem como à harmonia, ao fulgor da comunhão de sentimentos e ideias em marcha dos que trabalhavam, amavam e pensavam com um intuito social, sem a fruição do orgulho, da frivolidade e retórica, lavrando a alma da nação⁵⁷. O autor ponderava que a literatura, tanto em prosa como em verso, deveria demarcar a simpatia pela terra e o deslumbramento por ela suscitado⁵⁸. Para ele, o romancista não é apenas o historiador das pessoas que não têm história⁵⁹, destacando que os homens de cultura educadora e de pensamento útil deveriam se concentrar no culto das tradições, no lendário nativo, na *gaucheria* literária, na história e na legenda⁶⁰.

Na obra *Legenda Continentina*, Osório buscava identificar os dragões com a gênese rio-grandense, localizando-os como protagonistas dos atos fundadores da colônia portuguesa naquele extremo-sul da América Portuguesa e o seu posterior papel na defesa das

⁵⁶ OSÓRIO, Fernando Luiz Osório. *Legenda continentina*. Porto Alegre: Globo, 1929.

⁵⁷ OSÓRIO, Fernando Luís. *Sociogênese da Pampa Brasileira*. Pelotas: Livraria Comercial, 1927. p. 75.

⁵⁸ OSÓRIO. 1937a. p. 214.

⁵⁹ OSÓRIO, Fernando Luís. *Fogo morto*. Pelotas: Globo, 1930. p. 54.

⁶⁰ OSÓRIO. 1928a. p. 11.

fronteiras gaúchas. O autor intentava demarcar a identificação dos militares com as terras do sul, tanto na guerra como na paz, ou seja, como “soldado” e “pastor”, em outras palavras, enaltecendo sua atuação na guarnição das terras e na fixação do homem às mesmas. O escritor incorporava, assim, mais uma vez, o estereótipo atribuído, no centro do país, à figura do bandeirante paulista, pois, tal como este, o dragão seria o homem à frente de seu tempo, antecipando o ideal patriótico⁶¹. Foram vários os versos dedicados a descrever os dragões e, dentre eles, pode-se destacar aqueles que serviam de abertura:

Figura brônzea do Dragão
Dos términos do Sul, na amplitude natal
A víride extensão
Dos pagos imortais
O soldado – pastor, o poeta da ação,
Heroico e sonhador
Dos primeiros braços
Do Rio Grande
Lírico e nobre, o sangue azul
E o fardamento de ouro sobre azul...
O campeador
Do Regimento de eleição
Que se formou da flor
Da mocidade... forte
No orgulho sadio da coorte
Nesta manhã da humanidade

⁶¹ ALVES, Francisco das Neves. A construção do mito do dragão gaúcha na produção literária rio-grandense-do-sul: uma introdução à obra de Fernando Luís Osório. *Revista Scientia Historica*. v. 3. Rio Grande: APGH/RG, 2006. p. 11-12 e 25-26.

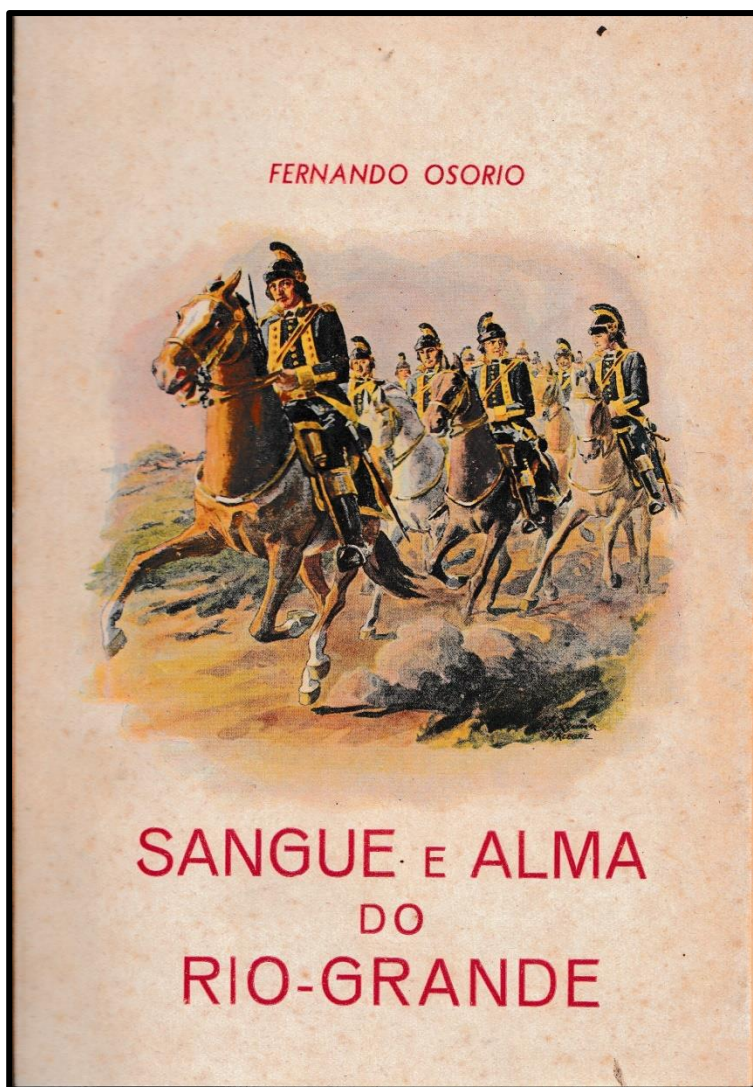
Mas não foi só através de palavras que Fernando Luís Osório procurou estabelecer uma construção imagética acerca dos dragões, tentando fazê-lo também por meio de representações pictóricas. Tal intenção seria divulgada principalmente em seu livro *Sangue e alma do Rio Grande*⁶², editado igualmente pela Livraria do Globo e comemorativo ao bicentenário da “fundação do Rio Grande Brasileiro”, conforme esclarecido na folha de rosto. Já na capa da publicação, aparecia uma tropa de dragões, muito bem trajados, em fardas azul e dourado, portando espadas e elmos e cavalcando suas ferosas montarias. A idealização da figura do dragão ganhava formas e cores através da criativa imaginação artística. Tal gravura ilustraria também a abertura de cada um dos capítulos do livro e voltaria a aparecer em outros trabalhos do autor, como é o caso de um ensaio publicado nos *Anais do II Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*⁶³. Essas ilustrações constituíam efetivamente uma idealização, uma vez que não haveria maior identidade com a reconstrução histórica, como, exemplificativamente aquela realizada em reconstituição dos uniformes militares da época⁶⁴.

⁶² OSÓRIO. 1937a.

⁶³ OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937b. v. 2. p. 169-201.

⁶⁴ RANGEL, José Correia. *Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro*. 1786.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



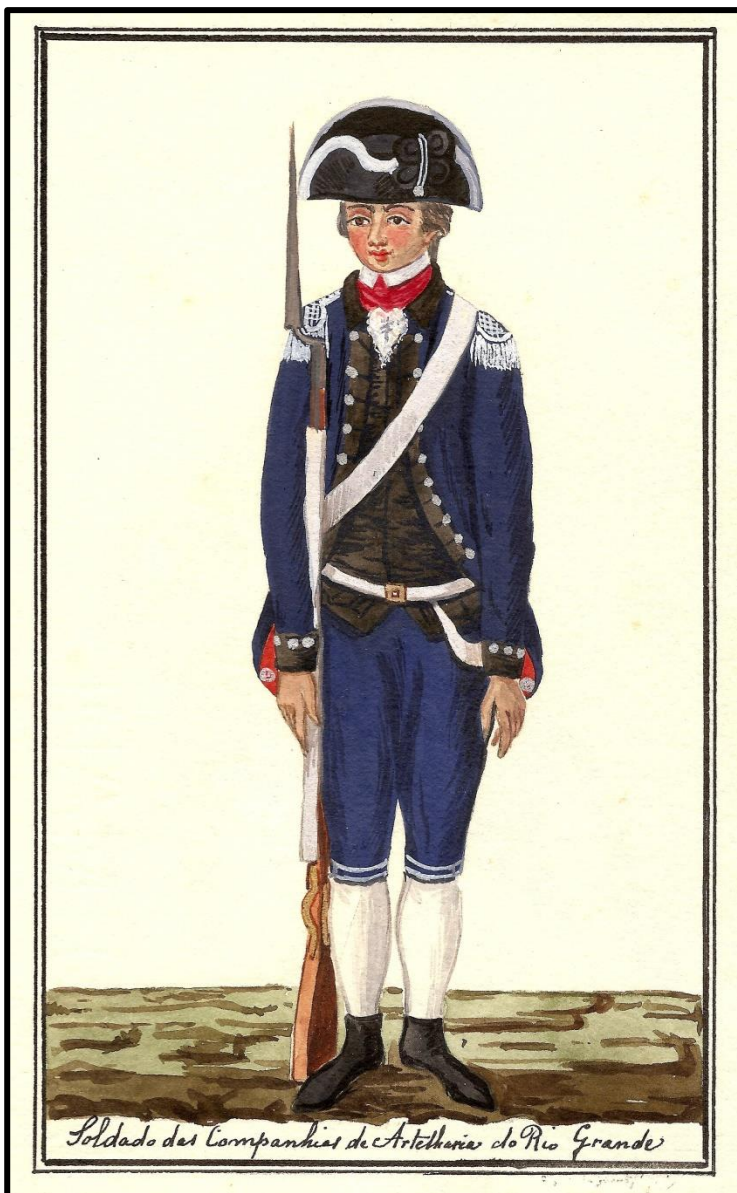
DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO
CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

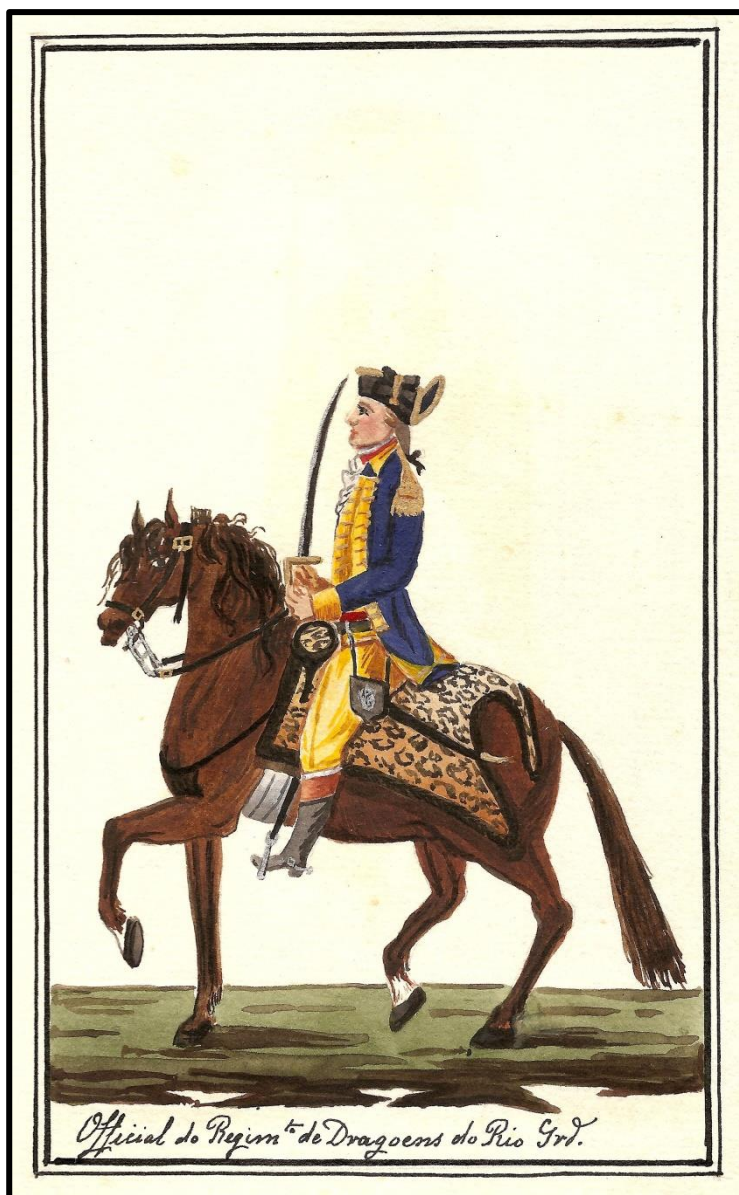


- detalhe -

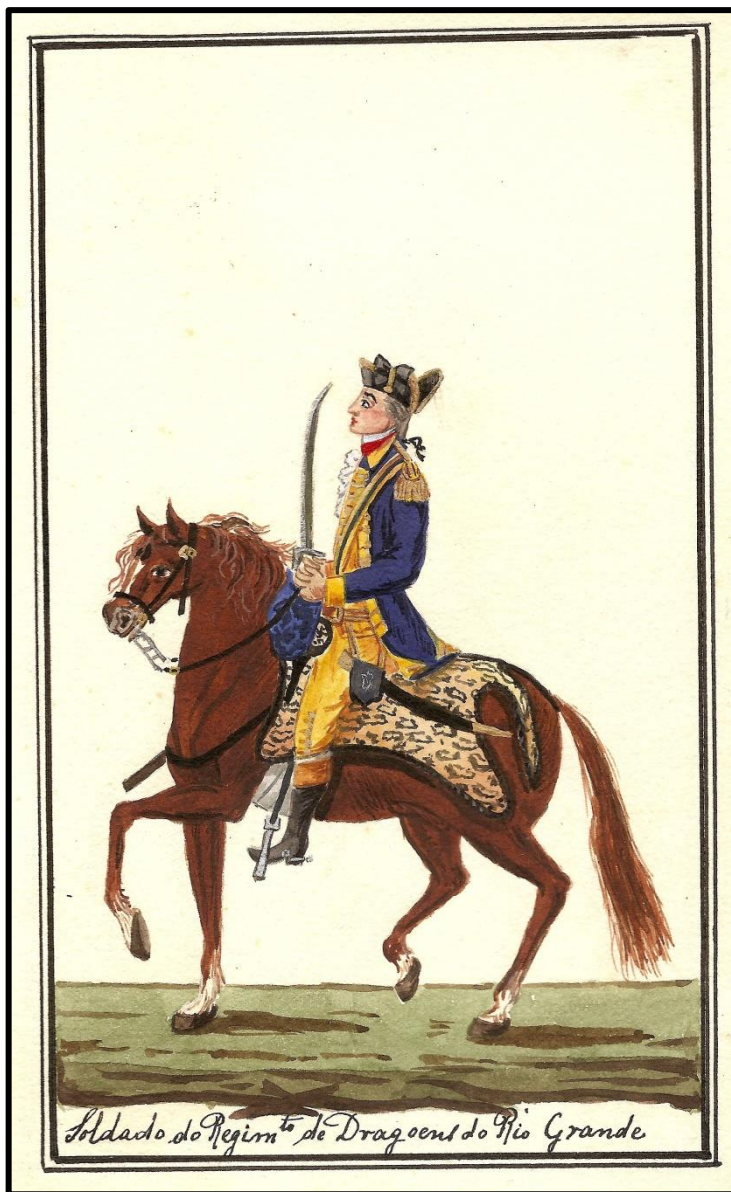


DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO
CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE





DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO
CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE



Em *Sangue e alma do Rio Grande*, o autor dedicou vários capítulos à ação dos dragões, bem como procurou criar simbolismos e imagens em torno dos militares. Segundo ele, havia um sentido simbólico admirável no “Dragão do Pampa”, considerado como o primeiro soldado rio-grandense, soldado do sonho e da lenda, que se atirara aos trabalhos e às lides marciais, tal qual águias com asas de minuano, no alado zelo dos dragões de lenda, nas fronteiras abertas do Brasil. Afirmava ainda que o dragão formara a “coluna mestra” da “civilização” rio-grandense e simbolizava o “Rio Grande heroico”, o sentimento da terra, o idealismo e a grandeza da “raça”. Destacava também que, com a história dos dragões poderia ser feito o retrato do que já era o tipo humano sul-rio-grandense, na “grandeza da predestinação continentina” no Brasil. Para o escritor, o “velho e glorioso” regimento de dragões representara a “alma do Rio Grande”, em cuja época surgira o “lendário” tipo do gaúcho que conquistara o território gaúcho⁶⁵.

Assim, Fernando Luís Osório constituiu um dos autores que mais intensamente iria trabalhar na edificação de axiomas historiográficos acerca do dragão gaúcho. Mergulhado profundamente no projeto intelectual então em voga, o autor buscou estimular à extenuação a imagem do “soldado-pastor” que representava a “alma” e o “sangue” sul-rio-grandense. Tal intento se coadunava plenamente com a concepção de história do escritor para o qual ela era uma “grande lição de beleza” e nela palpitavam imensos romances, dramas sentidíssimos e poemas, tantas vezes, mais do

⁶⁵ OSÓRIO. 1937a. p. 45-46 e 213.

que humanos⁶⁶. Nesse sentido, explanava que o historiador poderia revelar e criar o sonho de que era feito o tecido das legendas, aformoseando, embelezando e espiritualizando a realidade com uma utopia nova, a qual poderia ser no porvir de um outra realidade mais formosa⁶⁷. Nesse sentido, Fernando Osório não se conformaria em apenas decantar os “feitos heroicos” dos dragões através de palavras, lançando mão da ideia de um monumento, da poesia e da própria imagem, com todo o apelo e ampla difusão que cada uma dessas representações tem, no concreto objetivo de buscar perpetuar junto à mentalidade coletiva dos rio-grandenses-do-sul mais um dos mitos, heróis ou lendas que teriam feito parte de seu passado⁶⁸.

#####

Os ensaios apresentados constituem uma amostragem da edificação da figura do dragão gaúcho, havendo vários outros autores que articularam a mesma prática. Os autores abordados refletem um projeto iniciado ainda ao final dos anos de 1920, quando Getúlio Vargas assumiu o governo sul-rio-grandense e ganharia ainda maior abrangência com a chegada de tal político ao poder na esfera nacional. No intento de alavancar seu plano de criar uma nova identidade do Rio Grande do

⁶⁶ OSÓRIO. 1937a. p. 213.

⁶⁷ OSÓRIO. 1928a. p. 40.

⁶⁸ Ampliado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Caricatura, simbolismos e representações no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2012. p. 147-158.

Sul, visando a eliminar a perspectiva do separatismo e estabelecer a visão de uma região altamente amoldada com a nacionalidade. Para tanto foram criados diversos estereótipos acerca de certos personagens da formação histórica gaúcha, edificados a partir da heroicização e do patriotismo. Nesse quadro, nas descrições historiográficas a respeito da época colonial coube um protagonismo aos dragões, cujas ações foram reconstruídas a partir do prisma idealizador.

Alfredo Ferreira Rodrigues: breve olhar historiográfico sobre sua carreira de historiador

Na virada do século XIX à centúria seguinte, no contexto rio-grandense-do-sul, era bastante incipiente ainda a função social de historiador propriamente dita. Em verdade, atuavam aqueles que se poderia convencionar como “homens de letras”, ou seja, uma intelectualidade cujos escritos gravitavam em torno de várias áreas do saber humano. Nessa época e conjuntura regional, as fronteiras mais específicas do conhecimento ainda estavam em definição, de modo que um mesmo indivíduo, portador de certo nível de erudição, englobava em seus estudos diversos segmentos científico-culturais. Muito a contento com tal concepção esteve o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, intelectual gaúcho de profícua produção que destinou significativa parte de sua pesquisa ao estudo da Revolução Farroupilha. Em seus escritos ficavam bem demarcadas as formas de “fazer história” no Rio Grande do Sul daquela época e este trabalho pretende enfocar alguns dos trabalhos de Ferreira Rodrigues que fugiram ao seu tema preferencial.

A 12 de setembro de 1865, em uma das localidades mais antigas do Rio Grande, o Povo Novo, dava-se o nascimento de Alfredo Ferreira Rodrigues.

Alguns de seus biógrafos ressaltam em relação a ele uma personalidade introvertida, ou seja, era um menino quieto que se tornou homem sereno, talhado para aquilo que lhe traria notório reconhecimento, a qualidade de reunir documentos e a redação de textos históricos e culturais. Desde os dois anos de idade, o menino Alfredo viveu na vizinha cidade de Pelotas, aos cuidados de seu cunhado Bernardo Taveira Júnior, o qual exerceria indelével influência na carreira intelectual de Rodrigues. O jovem Alfredo terminou o curso secundário e foi preparado pelo cunhado para os exames do curso de humanidades a serem realizados na capital da província. Uma tragédia familiar acabaria por constituir momento de inflexão na vida de Rodrigues. Aos dezesseis anos perdeu seu pai e como o cunhado Taveira Júnior passava por dificuldades financeiras, ele teve de desistir de seus projetos de vida no que tange ao estudo superior, passando a trabalhar para garantir o seu sustento e o da família⁶⁹.

Em um primeiro momento, Ferreira Rodrigues dedicou-se ao magistério, lecionando Matemática, Geografia, História, Inglês e outras disciplinas em estabelecimentos de ensino na cidade de Pelotas, como no Colégio de Madame Jeanneret, no Nacional, no Evolução, entre outros. Tendo em vista a remuneração insuficiente para seus encargos, o promissor Alfredo, que sempre se inclinara às atividades intelectuais teve de abandonar a cátedra para se empregar, ainda em Pelotas,

⁶⁹ RUSSOMANO, Mozart Victor. A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues I. In: *Revista Província de São Pedro* n. 18. Porto Alegre: Globo, 1953. p. 47-48.

a partir de 1887, como revisor na Livraria Americana⁷⁰. Ao menos o destino não afastara Rodrigues de todo das lides intelectuais, tendo em vista seu novo lugar de trabalho. Em 1891, ele foi promovido a gerente e transferido para a filial da Livraria Americana na cidade do Rio Grande. Nesse meio tempo, a partir de 1889, começou a publicar um de seus mais importantes trabalhos, o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* que foi editado anualmente até 1917, trazendo, além de matérias de variada natureza e entretenimento, textos culturais de alguns dos expoentes da intelectualidade gaúcha de então, entre eles o próprio Alfredo, um dos que mais contribuiu com a publicação. No *Almanaque*, o escritor conseguiria o espaço necessário para a divulgação de sua já profícua e copiosa produção. Em dezembro de 1893, se casaria com Honorina Silveira, união da qual adviria numerosa prole.

Em 1910, as dificuldades financeiras mais uma vez batiam à porta daquele pai de família. Eram treze filhos para alimentar e educar, além de um sem número de parentes a quem não negava ajuda. Em busca de melhores condições de existência, ele passou a atuar como caixeiro-viajante, da firma Lopes & Faral, estabelecida com farmácia na cidade do Rio Grande. O novo emprego destinou a Rodrigues a função de peregrinar pelo mais recônditos lugares do Rio Grande

⁷⁰ RUSSOMANO. 1953. p. 48. Antes disso, em 1884, junto com outros companheiros, Rodrigues fundou em Pelotas o semanário *A Pena* e, no mesmo ano, com os mesmos companheiros, criava o Centro Abolicionista. Cfe.: ROSA, Othelo. Alfredo Ferreira Rodrigues. In: *Revista Província de São Pedro*. n. 20. Porto Alegre: Globo, 1955. p. 108.

do Sul, tendo de enfrentar a precariedade dos meios de transporte de então, a distância da família, as preocupações com a situação financeira e atuando em um meio que nada estimulava sua verve intelectual⁷¹. Mais uma vez o destino pregava uma peça no estudioso, criando-lhe obstáculos substanciais à carreira de escritor, pois ainda que continuasse o trabalho intelectual, este foi se tornando cada vez menos intenso.

Nesse contexto, as atividades comerciais cada vez mais tomavam conta do cotidiano de Ferreira Rodrigues. Em 1914, junto de seu antigo empregador, Antonio Carlos Lopes, ele fundaria a Drogaria Unicum, cujo nome advinha da denominação de “Único” que o próprio Alfredo granjeara em suas andanças pelo interior do Rio Grande, tendo em vista seu dinamismo e sua cultura⁷². Ligado intrinsecamente às lides mercantis, acabaria por envelhecer no trabalho. Uma outra perda marcaria de modo trágico a sua vida, agora a de um filho, ceifando-lhe mais uma porção da vontade de continuar sua empreitada cultural. Teria chegado a afirmar que “morria para as letras”, perdendo o “vício” de pesquisar e escrever. Pouco a pouco deixaria de lado a carreira intelectual, dedicando-se quase que exclusivamente ao trabalho e à família da qual, enquanto pode, escondeu as reais condições de sua saúde. Em seus últimos anos, Alfredo Ferreira Rodrigues voltaria a residir em Pelotas e, já em seus estertores, faria uma

⁷¹ RUSSOMANO. 1953. p. 48.

⁷² ROSA. p. 109. Conforme esse autor, em 1937, a Sociedade Anônima Drogaria Unicum faria fusão com a Drogaria Sequeira de Pelotas, para onde Rodrigues novamente se transferiria, no mesmo ano.

última visita ao seu velho Povo Novo, pouco antes de falecer, a 8 de março de 1942, na Beneficência Portuguesa daquela cidade⁷³.

Como intelectual, Alfredo Ferreira Rodrigues desenvolveu extensa obra. Além dos textos editados no seu *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, publicou livros, livretos e artigos, mormente em periódicos⁷⁴. Um de seus maiores objetivos foi o de reunir documentos sobre a história gaúcha, com ênfase para o evento que se tornaria o principal fulcro de sua obra – a Revolução Farroupilha⁷⁵. Rodrigues chegou a publicar uma série de “a pedidos” junto à imprensa, no sentido de anunciar sua busca por documentos, de modo que ele reuniu, em sua época, provavelmente a mais completa coleção de fontes acerca do Rio Grande do Sul e, principalmente, sobre a Farroupilha. Posteriormente, já alquebrado e desistindo de sua carreira de historiador, Ferreira Rodrigues repassaria seu acervo para o Arquivo

⁷³ RUSSOMANO. 1953. p. 49-52.

⁷⁴ Sobre o conjunto da obra do escritor, ver: MARIANTE, Hélio Moro. *Alfredo Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 495-497.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 432-436.

⁷⁵ Acerca da relevância de Ferreira Rodrigues para a historiografia da Revolução Farroupilha, examinar: ALVES, Francisco das Neves. A gênese do mito da Revolução Farroupilha: a construção discursiva de um historiador rio-grandense. In: *Anais da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: SBPH, 2003. p. 287-294.

Histórico do Estado⁷⁶ e outros documentos remanescentes seriam doados à Biblioteca Rio-Grandense⁷⁷.

⁷⁶ Ver: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

⁷⁷ Observar: ALVES, Francisco das Neves. Documentos de um historiador rio-grandino: a Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues no acervo da Biblioteca Rio-Grandense (levantamento parcial de fontes). In: ALVES, F.N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 11-33. A respeito do arquivo de Rodrigues, Othelo Rosa cita o escritor Guilhermino Cesar que disse: Esse homem, em verdade organizou um arquivo para a posteridade; e o próprio Rosa complementa: Uma ordem meticulosa preside a tudo. As próprias cópias são feitas com limpeza e atenção máxima, de modo a excluir a possibilidade de erros de leitura e, principalmente, de erros de interpretação. E o que se sente, sobretudo, naqueles papéis empoeirados e velhos, naqueles recortes de jornais, naqueles cadernos bem cozidos, é o amor, o grande e profundo amor do homem pela história do Rio Grande do Sul (ROSA. p. 111). Castilhos Goycochea assim se expressa a respeito da carreira de Rodrigues: Fez-se historiógrafo, desde a mocidade, para reabilitar a Guerra dos Farrapos, até então denegrida pelos escribas ligados ao trono imperial. E nesse afã bateu às portas de todas as estâncias de nossa terra, na caça aos documentos e aos depoimentos, num peregrinar edificante pelas canhadas e coxilhas, pelas serras e pelas matas. Onde soubesse que havia qualquer pessoa ou coisa que pudesse esclarecer o passado gaúcho, lá comparecia para ouvir aquela e adquirir ou copiar o que houvesse. E tudo, testemunhos e provas, ia publicando no seu famoso *Almanaque do Rio Grande do Sul*. De modo que, muito do que hoje se lê, ou se leu ultimamente, a respeito da Guerra dos Farrapos e da

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

Em seus escritos, Rodrigues utilizou-se de vários cognomes, iniciais e pseudônimos, como ao publicar charadas, em que assinou Bargarosse e Didino, já em crônicas, ensaios, estudos, notas, informações, aparecem muitas vezes A., A. R., A. F. R., ou A. Rodrigues, e ainda Manoel de Souza e Azevedo, Manoel de Soiza, Azevedo, ou Manoel de Soiza, em uma homenagem ao seu avô materno⁷⁸. Como intelectual, pertenceu aos quadros sociais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Rio-Grandense de Letras⁷⁹.

De acordo com os padrões culturais e historiográficos de sua época, Alfredo Rodrigues executou a contento a função de historiador. Assim, apesar de sua múltipla atividade intelectual, Rodrigues foi, por excelência o historiador, dando os primeiros passos do que viria a constituir um tratamento científico para com a história. Interessou-se por toda a história nacional, mas se especializou na história regional, com

Guerra do Paraguai, pode ser que traga assinatura diversa da de Alfredo Ferreira Rodrigues, o autor espiritual, porém, foi ele. GOYCOCHEA, Luis Felipe de Castilhos. Preito de saudade. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. II trimestre. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 176-177.

⁷⁸ RUSSOMANO. 1953. p. 53.

⁷⁹ ROSA. p. 109.

destaque para o tema que lhe despertou verdadeira paixão, a Guerra Civil Gaúcha de 1835-1845. Seus escritos vinham a público principalmente através das edições do *Almanaque* por ele organizado, o qual, quando lançado, tinha seus exemplares rapidamente esgotados. Ferreira Rodrigues escreveu ensaios e críticas em estilo simples, desataviado e agradável. Homem modesto, destinado a uma vida silenciosa e sem busca de projeções, deixando esse intento para outros, ele redigia com espontaneidade e sem a menor preocupação de causar efeito. Desse modo, seus estudos tinham alcance popular, pois não só a matéria por seu ineditismo despertava a atenção pública, como o método e a clareza da exposição os colocavam ao alcance da inteligência de todos⁸⁰.

Nesse quadro, Alfredo Ferreira Rodrigues dedicou-se incansavelmente a desvelar o passado da Revolução Farroupilha. De acordo com o prisma historiográfico reinante, sua perspectiva fundamental era a de historiar os “personagens notáveis” do “decênio heroico”. De acordo com essa meta, Ferreira Rodrigues, na virada do século XIX ao XX, seria um dos mais importantes articuladores da elevação de um monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva, apontado como a liderança máxima do movimento farrapo. Ao trabalhar firmemente no erguimento da estátua, Rodrigues reproduzia seus objetivos ao entabular seus estudos de cunho histórico, quer seja, a história, através dos personagens por ela retratados,

⁸⁰ RUSSOMANO, Mozart Victor. A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues II. In: *Revista Província de São Pedro* n. 19. Porto Alegre: Globo, 1954. p. 53-54.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

deveria servir como exemplo cívico ao comportamento das gerações futuras. Apesar de ser um dos principais responsáveis pela edificação do monumento a Bento Gonçalves, o escritor rio-grandino, acabaria por afastar-se da comissão que realizou os trabalhos da mesma, por discordâncias quanto aos rumos tomados pela homenagem. Esse afastamento de Rodrigues acabaria por constituir mais uma das suas decepções de vida que viria a contribuir com seu desligamento das lides histórico-culturais.

Nessa transição de séculos, a figura do historiador era ainda pouco definida no contexto gaúcho, havia, isto sim, o *status* de alguns intelectuais que, ligados à cultura como um todo, em uma visão bastante generalista, se dedicavam a resgatar alguns episódios do passado nacional, regional e local⁸¹. Essa intelectualidade estava fortemente atrelada a uma história vinculada, primordialmente, ao levantamento dos fatos, reproduzindo um modelo pelo qual a história é movida pelas individualidades, ou seja, os líderes, os heróis, os mitos que, através de suas ações, moldavam os destinos das comunidades humanas. Nessa época, os acontecimentos eram os elementos marcantes da construção historiográfica, demarcando-se de forma estritamente cronológica a evolução das sociedades, sem qualquer preocupação com a história-processo. Os trabalhos eram demarcados pela narração descritiva, sem maior espaço, às vezes nenhum, para uma

⁸¹ Ver: ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, 1983. mimeo. p. 167.

interpretação analítica dos fundamentos históricos das questões abordadas. Fazer história nesse momento significava, acima de tudo, apontar para os episódios do passado, fazendo com que servissem como lições para o presente, devendo-se, portanto, seguir os exemplos dados pelos antepassados, mormente no que tange às demonstrações patrióticas e de abnegação diante do valor maior que era a nação. Esse estilo de fazer história é característico desta fase dos primórdios da estruturação da figura do historiador, mas iriam demarcar profundamente e por longo tempo as formas de pesquisar e escrever a história no Rio Grande do Sul.

Nesse quadro, esteve inserido Alfredo Ferreira Rodrigues que, ao longo de sua carreira, por diversas vezes, expressou algumas de suas convicções quanto à forma de escrever a história. Um dos fundamentos básicos que o escritor intentou utilizar nas suas construções históricas esteve ligado à busca da verdade, objetivando assim, legitimar seus escritos a partir do pressuposto da “verdade histórica” que seria expressa através do exame meticoloso e honesto dos documentos. Nesse sentido, afirmou que o único fim de suas pesquisas era restabelecer a verdade de alguns fatos⁸². Referindo-se à rede de informações que estabeleceu através de um sem número de correspondências emitidas às mais diversas pessoas em busca de dados sobre a formação histórica gaúcha, o escritor destacou que toda sua correspondência estava cuidadosamente arquivada em copiadores, sendo a partir deles possível reconstituir toda a marcha de seu pensamento, explicando que esta marcha fora sempre voltada para a

⁸² RODRIGUES. 1905. p. 19.

verdade, já que a considerava como o único fim digno a que pudesse aspirar um historiador⁸³.

Nessa linha, outro dos elementos apontado como fundamental para os trabalhos de edificação histórica, na perspectiva de Alfredo Rodrigues, era a necessidade de amearhar documentos para, a partir de sua descrição, entabular suas pesquisas. De acordo com ele, a história sem documentos de nada valia, de modo que pretendia apresentar um trabalho consciencioso, no qual não houvesse afirmativa que não se pudesse comprovar⁸⁴. Nesse afã de buscar os “papéis” envolvendo temas referentes a suas pesquisas, Rodrigues chegou a apresentar “a pedidos” para publicar em jornais gaúchos, expressando seus objetivos no sentido da coleta de dados. Na sua perspectiva, deveria haver no estado grande soma de documentos, e seu temor era que estes viessem a desaparecer aos poucos, pois nem todos os seus possuidores calculariam o valor histórico que tinham. Segundo ele, cartas, proclamações, ordens do dia, jornais, apontamentos, tudo servia, já que, às vezes uma carta, uma notícia à primeira vista insignificante teria grande importância, pois poderia fixar uma data, assinalar um nome, descobrir a pista de um fato desconhecido. De acordo com essa ideia, concluía o historiador destacando que esses documentos, uma vez espalhados, de pouco serviriam, porém, reunidos,

⁸³ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Bento Gonçalves da Silva – suas convicções monarquistas – o que sempre pensei a respeito*. Rio Grande: Livraria Americana, 1906a. p. 6.

⁸⁴ Correspondência de Alfredo Ferreira Rodrigues de 31 de outubro de 1896 (acervo da Biblioteca Rio-Grandense).

aumentariam de valor, tornando-se um guia seguro para quem tentasse fazer reviver o passado rio-grandense⁸⁵.

Demarcando a relevância que dava ao estudo detido dos documentos, Ferreira Rodrigues argumentava que o historiador deveria sempre estar pronto para mudar algumas perspectivas e visões históricas, ainda que arraigadas pelo tempo, desde que isso fosse sustentado pelas fontes e embasado no respeito à “verdade histórica”. Para Rodrigues, o historiador, menos do que ninguém, tinha o direito de formular uma opinião imutável e, se algumas asserções viessem a ser modificadas, fundadas na descoberta de novos documentos, não cairia em contradição, pois, se falava com sinceridade, dava apenas mais um passo em direção à verdade. Na mesma linha, considerava que o estudioso da história que desse modo se comportasse não se rebaixava, porém, se elevava, porque estaria prezando mais a verdade do que a sua própria opinião. De acordo com a perspectiva de Alfredo Ferreira, o historiador deveria formular suas asseverações, mas quando o estudo dos fatos e dos documentos, não o estudo superficial dos fazedores de frases, mas o estudo meditado à luz da crítica histórica – esclarecia –, o conduzisse a conclusões diametralmente opostas, ele tinha o direito, e mesmo o dever, de declarar que errou e que a verdade seria outra⁸⁶.

Outra das características de Alfredo Ferreira Rodrigues no seu *modus operandi* estava na visão de uma história centrada nos “grandes homens”, ou seja, as

⁸⁵ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Revolução de 1835. In: MARIANTE. p. 63-64.

⁸⁶ RODRIGUES. 1906a. p. 11.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

individualidades, os líderes normalmente, como elementos motores da evolução histórica. Nesse sentido, ele prestigiava o enfoque de cunho biográfico como um dos motores propulsores da construção historiográfica. De acordo com essa abordagem, o tema fundamental a que Alfredo Rodrigues dedicou grande parte de seus esforços como historiador, a Revolução Farroupilha, foi considerado como um dos momentos máximos da história gaúcha, em volta do qual estariam a gravitar alguns dos “expoentes personagens” dessa formação histórica, com destaque para um de seus maiores ídolos, Bento Gonçalves da Silva⁸⁷. O quadro abaixo⁸⁸ apresenta representativa parte da produção intelectual de Rodrigues, editada ao longo do tempo mormente no seu *Almanaque Literário e Estatístico* e bem demonstra a predileção do escritor pela abordagem biográfica e, fundamentalmente, pelos assuntos em torno da guerra civil de 1835:

TRABALHO PUBLICADO	ANO
General Osório	1890
Pelo sinal dos farrapos	1890
Relação das pessoas que têm governado a Província do Rio Grande do Sul	1890
Carlos von Koseritz	1891
Bento Gonçalves da Silva	1892

⁸⁷ Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. Alfredo Ferreira Rodrigues: esboço biográfico e uma breve incursão à sua forma de “fazer história”. Revista *Biblos*. v. 22. n. 2. Rio Grande: Ed. da FURG, 2008. p. 39-55.

⁸⁸ Levantamento realizado a partir de: MARTINS. p. 496-497.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Francisco Lobo da Costa	1893
José Joaquim de Andrade Neves	1894
Bernardo Taveira Júnior	1895
David Canabarro	1896
Combates de 7 e 8 de abril e morte do Coronel Albano	1897
José Gomes Portinho	1897
Conde de Porto Alegre	1897
A morte do Coronel Albano	1897
Revolução de 1835	1897
Estado do Rio Grande do Sul	1897
Antônio Vicente da Fontoura	1899
Antônio Álvares Pereira Coruja	1899
Dr. Antônio José Gonçalves Chaves	1899
David Canabarro e a surpresa de Porongos	1900
Homens e fatos do passado	1901
Domingos José de Almeida - Ministro da República Rio-Grandense	1901
Homens e fatos do passado: o General Neto e a paz	1901
Homens e fatos do passado: Pedro Boticário	1901
Homens e fatos do passado: Tobias da Silva	1901
Homens e fatos do passado: um combate de gigantes	1901
Homens e fatos do passado: bispo e lavrador (D. Feliciano)	1901
Homens e fatos do passado: General Portinho	1901
Homens e fatos do passado: Andrade Neves em Avaí	1901
Homens e fatos do passado: Gabriel Gomes	1901
Homens e fatos do passado: coronel e soldado	1901
Homens e fatos do passado: morte de um	1901

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO
CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

farrapo (Manuel Lucas de Oliveira)	
João Manuel de Lima e Silva	1901
Homens e fatos do passado: morte de Onofre Pires	1902
Homens e fatos do passado: uma surpresa de Chico Pedro	1902
Homens e fatos do passado: abnegação de Joaquim Pedro	1902
Homens e fatos do passado: combate dos galpões	1902
Homens e fatos do passado: a segunda Câmara do Rio Grande	1902
Homens e fatos do passado: uma herança gloriosa	1902
Homens e fatos do passado: de que morreu Calderón	1902
Homens e fatos do passado: arrogância de Loureiro	1902
Homens e fatos do passado: magnanimidade de um farrapo	1902
Navios transportados por terra	1903
Homens e fatos do passado: Bento Manuel Ribeiro	1903
Homens e fatos do passado: cirurgiões, dentistas e curandeiros	1903
Homens e fatos do passado: pena de morte	1903
José de Araújo Ribeiro: sua posse na Presidência do Rio Grande do Sul	1904
Homens e fatos do passado: a fronteira do Rio Grande	1904
Homens e fatos do passado: uma matrona e um herói	1904
Homens e fatos do passado: o cólera de 1835	1904

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Homens e fatos do passado: magnanimidade de Bento Gonçalves	1904
Homens e fatos do passado: Cristóvão Baun	1904
Homens e fatos do passado: dois leões e uma raposa	1904
José Pereira de Souza Pinto	1905
Duas cartas de Garibaldi	1905
Notas sobre <i>Breves considerações sobre a Revolução de 1835</i> de Sebastião F. Soares	1905
A estátua de Bento Gonçalves: onde deve ser colocada – justificação de voto	1905
Bento Gonçalves da Silva: seu ideal político, a revolução e a república	1906
Bento Manuel Ribeiro: seu papel na Revolução, sua coerência e independência de caráter	1906
Bento Gonçalves da Silva: suas convicções monárquicas, o que penso a respeito	1906
Notas históricas	1908
João da Silva Tavares, Visconde de Serro Alegre	1909
Antônio Vicente da Fontoura	1910
O Hino da República Rio-Grandense	1910
Antônio de Souza Neto: Combate do Seiva, proclamação da República	1913

Com base em tais informações, pode-se perceber a grande produtividade do autor, mormente no decênio entre 1897 e 1906. A partir daí, tendo em vista vários fatores, como suas incumbências profissionais, as perdas familiares e mesmo a decepção quanto aos destinos da localização do monumento a Bento Gonçalves, com o descarte de suas concepções, progressivamente, Ferreira

Rodrigues iria diminuindo o ritmo quanto à edificação de trabalhos de cunho histórico. Ainda assim, apesar de tantos contratempos e obstáculos, foram mais de duas décadas de copioso trabalho, pois, além dos citados, revelando a recorrência e predominância de escritos biográficos e sobre a Revolução Farroupilha, elaborou ensaios acerca de outros temas históricos, bem como crônicas, poesias, traduções e outros textos de natureza literária. Nesse sentido, foram vários os escritos elaborados pelo historiador não abordando a Revolução Farroupilha ou os personagens nela atuantes e, dentre esses, podem ser destacadas suas pesquisas a respeito da imprensa rio-grandense, da fundação do presídio do Rio Grande e da ação das areias no contexto rio-grandino.

O estudo da imprensa no Rio Grande do Sul foi um dos temas, afora a Farroupilha, que mais contou com a atenção de Alfredo Ferreira Rodrigues. Seu trabalho inicial sobre tal assunto foi publicado em 1898, por ocasião das comemorações do cinquentenário do jornal rio-grandino *Diário do Rio Grande*, surgindo as primeiras de uma série de “Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul”⁸⁹. Nesse artigo, o autor destacava que escrevera “uma notícia histórica” da imprensa rio-grandense, desde o primeiro jornal até 1845, ano que fechava o “ciclo revolucionário”, descrevendo um total de quarenta e três jornais. Nota-se que, mesmo mudando o enfoque, a Revolução Farroupilha ainda dava o norte nesse trabalho sobre o jornalismo, definindo, ao menos, o recorte cronológico empreendido pelo historiador.

⁸⁹ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. *Diário do Rio Grande*. Rio Grande: 16/21 out. 1898. p. 1-2.

Diante desse objeto de estudo, Rodrigues explicava os limites na realização de seu intento, assim como a intenção de ampliar o trabalho. Nesse sentido, destacava que começara a tomar apontamentos de tudo que se relacionava com a imprensa, na esperança de que, dentro em pouco, teria material para um estudo detalhado. Entretanto, ressaltava que, infelizmente, os dados colhidos foram muito poucos, deficientes sobre a vida de alguns jornais e quase nulos no tocante a outros. Diante de tais empecilhos, explicava que, em todo caso, para não deixar de associar-se à comemoração do jubileu do *Diário do Rio Grande*, vinha trazer os poucos dados que reunira, os quais seriam, quando muito, o esboço de trabalho mais completo, que com vagar haveria de escrever futuramente⁹⁰. Nesse artigo, Ferreira Rodrigues fazia considerações sobre as características gerais da imprensa durante o período estudado, quanto à periodicidade e ao formato dos jornais, chamava atenção para a qualidade e a “feição moderna” daqueles periódicos, bem como a importância dos mesmos no desenrolar dos acontecimentos daquele momento⁹¹. A partir daí, o autor passava a arrolar uma série de jornais,

⁹⁰ RODRIGUES, 1898. p. 2.

⁹¹ Para Alfredo Ferreira Rodrigues, era notável que uma imprensa, publicando-se tão poucas vezes e dispondo de tão acanhado espaço pudesse influir no espírito público de modo tão decisivo como influiu no período que vai de 7 de abril de 1831 a 20 de setembro de 1835. Pode-se dizer que o movimento revolucionário de 1835, ainda que obedecendo a causas múltiplas foi preparado por essa imprensa liliputiana. Ela pesou muito seriamente na opinião e é inegável que alguns de seus órgãos tinham boa orientação e eram inteligentemente redigidos. RODRIGUES, 1898. p. 2.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

com breve abordagem das características formais de cada um.

No ano seguinte, Rodrigues reeditava suas “Notas”⁹², complementando-as com relação às anteriores, passando a catalogar cinquenta jornais, e ratificando o seu objetivo de trabalho. De acordo com tal perspectiva, relatava que, revendo nas horas vagas os seus alfarrábios, que eram muitos, e os seus jornais velhos, que também eram muitíssimos, veio-lhe a ideia de escrever uma notícia histórica da imprensa no Rio Grande do Sul, desde que se começara a publicar o primeiro jornal na província, até mais ou menos o ano de 1845, em que terminara a Revolução, período da história gaúcha que tinha mais seriamente estudado⁹³. Apesar de afirmar que organizava seus escritos “nas horas vagas”, Ferreira Rodrigues sustentava a exatidão de suas pesquisas, legitimada a partir do contato direto com as fontes, afirmando, sobre os jornais, que de quase todos eles possuía ou tivera à consulta coleções mais ou menos completas, de muitos lera apenas alguns números, mas não haveria um só deles de que não tivesse encontrado referência em outros jornais ou em documentos da época, ou de que tivera informações precisas. Desse modo, ressaltava que a relação apresentada era, portanto, digna de confiança, uma vez

⁹² RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1900*. Rio Grande: Editores Carlos Pinto & Comp. - Livraria Americana, 1899. p. 231-257.

⁹³ RODRIGUES, 1899. p. 231.

que até poderia não ser completa, mas era, em todo o caso, exata⁹⁴.

As outras “Notas” de Alfredo Ferreira Rodrigues foram publicadas em 1901⁹⁵, tratando-se da biografia de um jornalista que atuara em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, nas quais o autor também estabelecia explicações sobre a imprensa naquela primeira cidade. Finalmente, em 1902, o autor publicou um “Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864)”⁹⁶, no qual ele realizava uma listagem de cento e oitenta e cinco jornais, catalogando-os quanto ao título, a localidade, o início e o fim da publicação. Nesse último trabalho, o autor ia ao encontro de adotar como método descritivo o simples arrolamento, pois não realizava nenhum tipo de introdução explicativa quanto a seus objetivos, bem como não fazia considerações sobre as características dos jornais citados.

Outro tema abordado por Ferreira Rodrigues dizia respeito aos primeiros tempos da ocupação lusa nas terras rio-grandenses, com o ensaio “O presídio do Rio Grande”⁹⁷. No texto, o autor identificava o contexto

⁹⁴ RODRIGUES, 1899. p. 257.

⁹⁵ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul: Cândido Augusto de Mello. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1902*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1901. p. 151-154.

⁹⁶ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864). In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1903*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. - Livraria Universal, 1902. p. 221-225.

⁹⁷ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. O presídio do Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para*

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

dessa ação no ambiente sulino, identificando-o com a expansão portuguesa na região platina, a partir da fundação da Colônia do Sacramento, e os constantes enfrentamentos entre lusitanos e hispânicos pela posse de tal território. Segundo o autor, como se tornara em extremo difícil mandar socorros àquele ponto, pela grande distância dos outros estabelecimentos portugueses, lembrou-se a corte de Lisboa de povoar o Rio Grande de São Pedro, pois daí se poderiam estabelecer comunicações com a Colônia pela campanha. A narrativa de Rodrigues destacava o papel da expedição de José da Silva Paes e o insucesso de seus intentos em Montevideú, na Colônia do Sacramento e em Maldonado, restando a conclusão do objetivo de conquistar o Rio Grande, demarcado pelo desembarque em 19 de fevereiro de 1737⁹⁸.

A descrição de Rodrigues direcionava-se ao nome das embarcações e ao número de oficiais que compunham a missão, relatando também as primeiras ações dos fundadores em torno da edificação das fortificações, das tentativas de amenizar os problemas advindos do acesso marítimo através da barra, do erguimento de templos e da organização da vida social e religiosa. O autor também dava destaque às grandes dificuldades enfrentadas pelos primeiros povoadores naquela novel colônia, as quais viriam a provocar a penúria da população e, por vezes, as deserções dos militares, normalmente reprimidas com força. O outro fator de ocupação das terras rio-grandenses, além do

1895. Rio Grande: Editores Carlos Pinto & Comp. - Livraria Americana, 1894. p. 217-231.

⁹⁸ RODRIGUES, 1894. p. 217-218.

estratégico-militar, também não escapou ao escritor que ressaltou a busca dos colonizadores em aproveitar o potencial econômico da região ligado à exploração do gado, com a edificação da Estância Real do Bojuru. No texto, Alfredo Ferreira destacava ainda a questão do abastecimento, a edificação das fortificações e a ocupação humana da região recém-conquistada⁹⁹.

O autor gaúcho buscava desmentir vários aspectos que, segundo ele, haviam sido construídos discursivamente de forma errônea e não embasada em documentação histórica. Uma dessas questões estava ligada à afirmação de que a princípio o Rio Grande fora povoado por enxurros de degradados, de mulheres imorais e de bandidos, diante do que afirmava que na grande soma de documentos escritos que estudara nem uma só referência encontrara que confirmasse tal opinião. O escritor também contradizia a alguns daqueles que questionavam a localização do primitivo núcleo da povoação, considerando tal asserção como

⁹⁹ RODRIGUES, 1894. p. 218-222. Narrava o historiador sobre os obstáculos enfrentados: O estabelecimento ressentia-se da falta de artigos de primeira necessidade. Paes inquietava-se com isso por se aproximar o inverno e não terem os soldados sapatos e camisas. Uma remessa feita do Rio de Janeiro foi parar na Colônia e só em junho é que chegou outra. O inverno foi rigoroso. Os oficiais o atravessaram sem cômodos, alojados em barracas, e os soldados teriam ficados nus, se os não tivesse remediado Paes com algumas baetas. Não paravam só nisso os apertos da nascente colônia. Além de outros artigos que escasseavam de dia a dia, chegaram a faltar gêneros de primeira necessidade, como farinha, azeite e vinagre, e durante perto de três meses a guarnição se alimentou só de carne.

sem fundamento e seus defensores como mal informados. Rodrigues ainda contestava as opiniões que apontavam a matriz de São Pedro como a responsável pela denominação da região em pauta, demonstrando que tal designação era bem mais antiga, oriunda do século XVI. Finalmente, o historiador enfatizava que as fortificações erguidas no Rio Grande advinham do receio de um assalto dos espanhóis e não para defender-se de índios ou feras, como erradamente fora afirmado em escritos anteriores¹⁰⁰.

Uma das principais características da obra de Alfredo Ferreira Rodrigues com a grande valorização dos “personagens históricos” também se faz presente no trabalho sobre o presídio do Rio Grande. Um dos indivíduos destacados foi Cristóvão Pereira de Abreu, tropeiro que contribuiu com o projeto português de fixação humana no povoado rio-grandino. Para o autor, Abreu e seus companheiros foram os tipos por que se formou essa raça de centauros, que se chamariam mais tarde de gaúchos. O personagem de maior destaque no ensaio de Rodrigues foi José da Silva Paes, considerando que o mesmo no jovem povoado exercera uma administração cheia de atividade e perseverança. Ainda sobre o brigadeiro, o escritor exaltava que as raízes pelas quais ele tanto lidara por lançar às terras do Rio Grande tinham penetrado no solo e não havia mais como destruir a sua obra, uma vez que, de um simples posto militar, graças à perseverante energia de Paes, tornara-se aquele primitivo estabelecimento em próspero povoado, ao qual iam, a pouco e pouco, mas seguidamente,

¹⁰⁰ RODRIGUES, 1894. p. 227-230.

aportando famílias, trazendo consigo novos elementos de engrandecimento e riqueza¹⁰¹.

Um outro texto de Ferreira Rodrigues que não abordava seu tema predileto ligado à Revolução Farroupilha dizia respeito a uma questão extremamente presente no cotidiano dos rio-grandinos. No ensaio “As areias do Rio Grande”¹⁰², o autor tinha por objetivo naquele “ligeiro estudo” determinar a época em que começara a se formar o extenso areal e as causas que o originaram. Dizia o escritor que era célebre a cidade do Rio Grande pelas suas areias, de uma alvura extrema e de uma finura sem igual, diante da qual não houvera viajante que a tivesse visitado que não se referisse a elas, assim como não houvera quem, em um momento de mau humor, não a tivesse coberto de imprecações, chamando-a terra das areias. Rodrigues fazia uma comparação entre o passado e o tempo por ele vivido, enfatizando que as coisas então não eram nem um arremedo do que já haviam sido, no tempo em que os cômodos moviam-se nas ruas mais centrais e as areias muitas vezes galgavam os peitoris das janelas, quando não cobriam algumas casas mais baixas, ao passo que, naquela virada de século, apenas em um ou outro ponto da chamada Cidade Nova aparecia algum cômodo isolado de pequena elevação¹⁰³.

Ainda sobre o tema, Alfredo Ferreira afirmava que as areias estavam sendo arrendadas da península

¹⁰¹ RODRIGUES, 1894. p. 221, 224 e 226.

¹⁰² RODRIGUES, Alfredo Ferreira. As areias do Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1903*. Rio Grande: Editores Pintos & Comp., 1902. p. 235-242.

¹⁰³ RODRIGUES, 1902. p. 235.

em que se localizava a cidade, em um quadro pelo qual uma linha interrompida de cômodos, quase a igual distância das duas praias, era tudo o que restara do enorme areal que antigamente parecia querer afogar a povoação, de modo que as manchas de verdura que nos últimos anos apareceram nos lugares mais baixos, iam-se alargando e aos poucos ganhando vitoriosamente terreno, dando a esperança de que, em um futuro talvez não muito remoto, não haveria em torno do Rio Grande mais areias brancas e movediças. E, fazendo referência à sua meta na elaboração daquele escrito, o historiador ressaltava que era curioso e seria de certo uma surpresa para muita gente que aquelas areias nem sempre existiram, destacando que época houvera que todo o terreno da península era uma planície coberta de verdura, havendo alguns trechos de mato, daí o objetivo de apontar a época da formação daqueles areais¹⁰⁴.

As fontes mais importantes referenciadas por Ferreira Rodrigues acerca das areias no Rio Grande eram as narrações oriundas dos relatos dos visitantes estrangeiros que se fizeram presentes nas terras sul-rio-grandenses. Entre os cronistas citados pelo autor estavam Nicolau Dreys, Arsène Isabelle, August de Saint-Hilaire e Sebastião Francisco Bettamio. Além disso, outros documentos eram citados como as atas da Câmara Municipal. Toda a documentação mencionava a presença incontestada das areias ao longo de boa parte do século XIX, mas, ao mesmo tempo, eram citadas fontes históricas acerca da centúria anterior, à época dos primeiros passos da ocupação lusa na região, identificando a ausência de tais areias, encontrando os

¹⁰⁴ RODRIGUES, 1902. p. 235.

primeiros povoadores, o terreno coberto de vegetação, o qual permaneceria assim durante as primeiras décadas de existência da povoação¹⁰⁵.

A partir da constatação de que os areais não existiam nos primórdios da ocupação lusa e já estavam lá nos primeiros anos do século XIX, Alfredo Ferreira Rodrigues asseverava que tal fenômeno se dera a partir da invasão espanhola de 1763 a 1776. Segundo o autor, nesta época, houve um acúmulo de gado junto às terras do povoado, ficando o solo ainda mais prejudicado tendo em vista a ação de secas, de modo que os raros pastos que escaparam não bastavam para sustentar os animais neles reunidos e, em breve, os campos ficaram de todo rapados. Além disso, o escritor explicava que o pisotear constante dos rebanhos acabaria por destruir a ligeira camada de terra vegetal, pondo as areias a descoberto, as quais o vento se encarregou de revolver e transportar de um lado para outro, de modo que estava formado o grande areal. Rodrigues, desse modo, concluía que dos primeiros tempos da colônia lusa no sul as pastagens mantiveram-se até a dominação espanhola, durante a qual foram destruídas pela seca e pela grande aglomeração de gado e cavalhadas, em um contexto pelo qual, desagregada a camada de terra vegetal, os ventos reinantes revolveram as areias e formaram a sucessão de cômoros que cobriram parte do terreno, chegando a invadir a povoação. Nesse sentido, o historiador arrematava seu texto, afirmando que julgava estar com a verdade e, caso se enganasse, os competentes que o dissessem, provando o contrário¹⁰⁶.

¹⁰⁵ RODRIGUES, 1902. p. 236-240.

¹⁰⁶ RODRIGUES, 1902. p. 241-242.

DOIS ESTUDOS DE NATUREZA HISTORIOGRÁFICA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE

Assim, estes breves estudos de caso demonstram que a relevância da produção historiográfica de Alfredo Ferreira Rodrigues não se circunscreveu apenas aos escritos sobre a Revolução Farroupilha. Embora sua contribuição ao estudo acerca dessa guerra civil tenha sido fundamental e marcado de forma indelével a historiografia sobre o tema, o autor também destinou sua obra a outros enfoques. Ao abordar a imprensa gaúcha, foi um dos primeiros a sistematizar as informações sobre um assunto que até hoje ainda carece de mais pesquisas versando sobre a evolução histórica do jornalismo rio-grandense-do-sul. No texto sobre o Presídio do Rio Grande, ainda que centrasse a abordagem na ação de Silva Paes, o escritor apresentava várias das vivências coletivas da sociedade em construção, com destaque para as agruras passadas no jovem povoado. E no ensaio sobre as areias do Rio Grande o autor trazia à baila um dos temas mais recorrentes ao cotidiano da comunidade rio-grandina, intentando apresentar os motivos da formação daquele elemento que tanto prejudicara a evolução urbana cidadina. Nessa linha, mesmo trazendo a público através do seu *Almanaque* temas pelos quais não ficaria tão conhecido quanto aqueles relacionados à Farroupilha, Ferreira Rodrigues demonstrava nos ensaios apresentados várias das premissas de como se fazia história no Rio Grande do Sul da virada do século XIX ao XX e prestaria significativa colaboração à melhor compreensão da formação histórica sul-rio-grandense¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Publicado originalmente em: *Historiae*, v.2, p.9-24, 2011.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786553 060869

ISBN: 978-65-5306-086-9